



Universidade Federal de Campina Grande
Centro de Humanidades
Unidade Acadêmica de Administração e Contabilidade
Coordenação de Estágio Supervisionado

**IMPACTOS DO MICROCRÉDITO RURAL (PRONAF GRUPO B) NA
RENDA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DO MUNICÍPIO DE
CORONEL EZEQUIEL-RN**

EDILSON PEREIRA DOS SANTOS

Campina Grande-PB - 2009

EDILSON PEREIRA DOS SANTOS

**IMPACTOS DO MICROCRÉDITO RURAL (PRONAF GRUPO B) NA RENDA DOS
AGRICULTORES FAMILIARES DO MUNICÍPIO DE CORONEL EZEQUIEL-RN**

Relatório de Estágio Supervisionado apresentado ao curso de Bacharelado em Administração da Universidade Federal de Campina Grande, em cumprimento parcial das exigências para obtenção do título de Bacharel em Administração.

Orientador: Prof^o. Darcon Sousa, Ms.

Campina Grande-PB - 2009

COMISSÃO DE ESTÁGIO

Membros:

Edilson Pereira dos Santos
Aluno

Darcon Sousa, Mestre
Professor Orientador

Eliane Ferreira Martins, Mestre
Coordenadora de Estágio Supervisionado

EDILSON PEREIRA DOS SANTOS

**IMPACTOS DO MICROCRÉDITO RURAL (PRONAF GRUPO B) NA RENDA DOS
AGRICULTORES FAMILIARES DO MUNICÍPIO DE CORONEL EZEQUIEL-RN**

Relatório aprovado em 09 de dezembro de 2009

Darcon Sousa, Mestre
Orientador

Gesinaldo Ataíde Cândido, Doutor
Examinador

Suênya Freire do Monte Santos, Mestre
Examinadora

Campina Grande-PB - 2009

Dedico, de forma especial, esta monografia à minha querida esposa, Francisca Simone da Silva Santos, que é a pessoa mais importante da minha vida e por ter sido quem me deu mais força e apoio, na conclusão da habilitação em Administração Pública, e está dividindo com ela meu segundo curso superior nestes nove anos que estamos juntos.

Também, dedico ao Professor Darcon Sousa, meu orientador, por ter incentivado a pesquisa em agricultura familiar. Opção que avalio muito proveitosa para a minha vida profissional e também para buscar melhoria do público pesquisado.

E finalmente, dedico esta monografia aos meus pais, Edmilson Cardoso dos Santos (in memória) e Maria Pereira dos Santos, pessoas que me possibilitaram bases educativas, principalmente, em relação ao caráter e honestidade.

Dedico

AGRADECIMENTOS

A **Deus** por cada dia de nossa vida, pela força para enfrentar as dificuldades e alcançar nossos objetivos e por realizar mais uma etapa importante na minha vida.

Ao **meu pai, Edmilson Cardoso dos Santos (in memorian)**, que partiu deixando muita saudade e não conseguiu dividir comigo a alegria de concluir o segundo curso superior, meu muito obrigado pelo que ele fez por mim.

A minha querida mãe, **Maria Pereira dos Santos**, que me expirou para vencer mais um degrau na minha vida.

Aos meus irmãos **Gaudêncio Pereira dos Santos e Maria Edilza Pereira dos Santos**.

Aos meus sobrinhos **Wesley Pereira e Samara Pereira**

Aos meus sogros **Paulo Bernardo da Silva e Maria do Céu**.

Aos meus cunhados **Francisco César da Silva e Francisco de Assis da Silva**

Aos meus avós paternos **João Flausino dos Santos e Ester Cardoso dos Santos**.

Aos meus avós maternos **Antônio Pereira dos Santos e Maria Joana da Conceição**.

Ao **professor Darcon Sousa**, pela sua ajuda incondicional no decorrer do estágio supervisionado.

A minha querida e amada **esposa, Francisca Simone da Silva Santos**, pelo incentivo, colaboração e compreensão durante todo esse período de estudo.

Enfim, a todos que, de forma direta ou indireta contribuíram para a realização deste relatório.

APRESENTAÇÃO

Esta pesquisa é fruto do resultado do estágio supervisionado, realizada por **Edilson Pereira dos Santos**, aluno do Curso de Administração Pública.

A pesquisa contou com a colaboração e orientação do Professor **Darcon Sousa**.

O presente relatório apresenta como primordial finalidade uma pesquisa sobre os impactos do Microcrédito Rural (Pronaf Grupo B) na renda dos agricultores familiares do município de Coronel Ezequiel-RN.

O conteúdo deste relatório encontra-se dividido da seguinte forma:

Capítulo 1 – Introdução

Capítulo 2 – A Pesquisa

Capítulo 3 – Fundamentação Teórica

Capítulo 4 – Aspectos Metodológicos

Capítulo 5 – Apresentação e Análise dos Resultados

Capítulo 6 – Conclusões

Referências Bibliográficas

Anexos

“Você não pode ensinar nada a um homem; você pode apenas ajudá-lo a encontrar a resposta dentro dele mesmo.”

(Galileu Galilei)

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO	1
CAPITULO 2 - A PESQUISA	7
2.1 Área de Atuação.....	7
2.2 Tema	7
2.3 Justificativa	7
2.4 Problemática	9
2.5 Hipótese	9
2.6 Objetivos.....	10
2.6.1 Objetivo Geral.....	10
2.6.2 Objetivos Específicos	10
CAPITULO 3 - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	11
3.1 Desenvolvimento rural e sua importância	11
3.2 Papel e lugar do rural no desenvolvimento nacional	13
3.2.1 A modernização conservadora na década de 1970	13
3.2.2 O ajustamento doméstico à crise externa na década de 1980	17
3.2.3 A década de 1990: A “confluência perversa” de dois projetos contraditórios: projeto neoliberal e agronegócio e projeto democratizante, reforma agrária e novo modelo de desenvolvimento rural baseado na agricultura familiar.....	21
3.3 Agricultura Familiar	34
3.3.1 Definições	34
3.3.2 Características e Classificações	35
3.4 Conceitos e Definições do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).....	35
3.4.1 O que é o PRONAF	35
3.4.2 Quem pode obter o financiamento do PRONAF	36
3.4.3 O que vem ser a DAP	36
3.5 Evolução do PRONAF.....	37
3.6 Microcrédito Rural (Pronaf Grupo B)	41
3.6.1 Como acessar o Microcrédito Rural (Pronaf Grupo B)?	42
3.6.2 Pronaf Grupo “B” e o Público a ser considerado.....	43
3.6.3 Programa Agroamigo.....	44
3.6.4 Assistência Técnica e Extensão Rural no PRONAF B.....	45
CAPÍTULO 4 - ASPECTOS METODOLÓGICOS	48
CAPÍTULO 5 - APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	52
5.1 Características gerais do Município de Coronel Ezequiel-RN	52
5.1.1 Resenha Histórica	52
5.1.2 Dados agropecuários do ano de 2002	52
5.1.3 Dados geográficos.....	54
5.2 Principais comunidades rurais pesquisadas	56

5.3 Resultados e Discussões do Microcrédito Rural (Pronaf Grupo B) implementados no Município de Coronel Ezequiel-RN	57
5.3.1 Situação das propriedades exploradas pelos agricultores familiares	57
5.3.2 Finalidades do Microcrédito Rural (Pronaf Grupo B)	62
5.3.3 Impactos e limitações do microcrédito (PRONAF “B”)	65
CAPÍTULO 6 – CONCLUSÕES.....	72
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	77
ANEXOS.....	80

LISTA DE TABELAS

Tabela 01. Total do microcrédito rural (Pronaf Grupo B) em Coronel Ezequiel-RN desde o ano de 2004. -----	50
Tabela 02. Valores atualizados em agosto de 2009. -----	51
Tabela 03. Produtos Agrícolas no Município de Coronel Ezequiel-RN em 2002. -----	53
Tabela 04. Efetivo do Rebanho no Município de Coronel Ezequiel-RN em 2002. -----	53
Tabela 05. Estrutura Fundiária dos agricultores familiares pesquisados do PRONAF B. ----	58
Tabela 06. Atividades pecuárias desenvolvidas nos estabelecimentos rurais. -----	60
Tabela 07. Atividades agrícolas desenvolvidas nos estabelecimentos rurais. -----	60
Tabela 08. Atividades não-agrícolas desenvolvidas fora dos estabelecimentos rurais. -----	61
Tabela 09. Principal fonte de sobrevivência dos agricultores pesquisados. -----	62
Tabela 10. Finalidade do microcrédito rural (Pronaf Grupo B) no Município de Coronel Ezequiel-RN entre os anos de 2004 a 2007.-----	64
Tabela 11. Aplicação do microcrédito. -----	65
Tabela 12. Impactos do microcrédito na vida dos agricultores familiares do Município de Coronel Ezequiel-RN. -----	67

LISTA DE SIGLAS

ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural
BACEN – Banco Central
BNB – Banco do Nordeste do Brasil
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CMDRS – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável
CMN – Conselho Monetário Nacional
CNDRS – Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento
CONDRAF – Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPF – Cadastro de Pessoa Física
CPT – Comissão Pastoral da Terra
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DAP – Declaração de Aptidão ao Pronaf
DATER – Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural
DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra a Seca
EMATER-RN – Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Norte
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRATER – Empresa brasileira de Extensão Rural
EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
EUA – Estados Unidos da América
FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FETRAF – Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar
FHC – Fernando Henrique Cardoso
FMI – Fundo Monetário Internacional
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FNE – Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IICA – Instituto Internacional e Cooperação para a Agricultura
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MCT – Ministério da Ciência e Tecnologia
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MST – Movimento dos Sem Terra
ONG – Organização Não Governamental
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PGPAF – Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar
PIB – Produto Interno Bruto
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNATER – Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROVAP – Programa de Valorização de Pequena Produção Rural
PT – Partido dos Trabalhadores
RBA – Revista Brasileira de Agrociência
RN – Rio Grande do Norte
SAF – Secretaria de Agricultura Familiar

SAN – Segurança Alimentar e Nutricional
SAPE – Secretaria de Agricultura e Pesca
SDT – Secretaria do Desenvolvimento Territorial
SEAF – Seguro da Agricultura Familiar
SNCR – Sistema Nacional de Crédito Rural
SRD – Sem Raça Definida
STN – Secretaria do Tesouro Nacional
STTR – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
UDR – União Democrática Ruralista
UFCG – Universidade Federal de Campina Grande
UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

SANTOS, *Edilson Pereira dos* - **Impactos do Microcrédito Rural (Pronaf Grupo B) na Renda dos Agricultores Familiares do Município de Coronel Ezequiel-RN**. 97 f. Relatório de pesquisa (Bacharelado em Administração Pública) - Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, 2009.

RESUMO

As políticas públicas destinadas ao setor rural vêm crescendo a cada ano, tanto para o agronegócio quanto para a agricultura familiar. Sendo o programa mais importante da modernização do setor rural que se refere ao desenvolvimento rural, deste os anos de 1970, é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). E o microcrédito rural (Pronaf Grupo B), criado no âmbito do PRONAF para combater a pobreza rural, é estratégico para os agricultores familiares pobres, pois valoriza o potencial produtivo deste público e permite estruturar e diversificar a unidade produtiva, financiando recursos de pequenos valores, para investimentos em atividades agrícolas e não agrícolas no meio rural. Esta pesquisa tem como objetivo principal avaliar a utilização e os impactos do Microcrédito Rural (Pronaf Grupo B) nas rendas dos agricultores familiares do Município de Coronel Ezequiel-RN que foram beneficiados com a política pública do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) implementada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), juntamente com as instituições de assistência técnica e extensão rural. Quanto à metodologia utilizada, foi realizada uma pesquisa de caráter exploratório, descritivo, qualitativo e quantitativo, constituída de uma revisão bibliográfica sobre o tema em questão e de uma pesquisa de campo. Os dados empíricos da pesquisa foram obtidos através da aplicação de questionários com os beneficiários do microcrédito rural (Pronaf Grupo B) com os seguintes dados: nome do produtor, área da propriedade e condição de posse; descrição econômica das famílias e as atividades agropecuárias exploradas; finalidades do microcrédito rural e seus impactos e; as limitações do PRONAF B. E partir de uma listagem prévia fornecida pelo Banco do Nordeste do Brasil foi sorteado 30 agricultores Pronafianos “B” que haviam firmado contratos entre os anos de 2004 a 2007. Através da aplicação dos questionários junto aos agricultores do PRONAF B foram identificadas as atividades financiadas, o incremento nas atividades decorrentes e foi avaliado o impacto nas rendas das famílias beneficiárias da política pública do microcrédito rural. Concluiu-se que os agricultores familiares precisam planejar melhor as atividades antes de adquirir o microcrédito rural, desta forma poderão quitar o financiamento na agência financeira sem prejudicar sua qualidade de vida.

Palavras-chave: políticas públicas, agricultura familiar, microcrédito rural.

SANTOS, Edilson Pereira dos - **Impacts of the Microcrédito Rural (Pronaf Grupo B) in the Income of the Family Farmers of the Municipal district of Coronel Ezequiel-RN - Campina Grande-PB.** 2009. 97 f . Research report (Graduation in Public Administration). Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande.

ABSTRACT

The public politics destined to the rural section they are growing every year, so much for the agribusiness as for the family agriculture. Being the most important program of the modernization of the rural section that if refers to the rural development, of this the years of 1970, it is the Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). And the microcrédito rural (Pronaf Grupo B), servant in the ambit of PRONAF to combat the rural poverty, is strategic for the poor family farmers, because it values this public's productive potential and it allows to structure and to diversify the productive unit, financing resources of small values, for investments in activities agricultural and not agricultural in the rural way. This research has as main objective to evaluate the use and the impacts of Microcrédito Rural (Pronaf Grupo B) in the Income of the Family Farmers of the Municipal district of Coronel Ezequiel-RN that were benefitted with the public politics of the Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) implemented by the Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), together with the institutions of technical attendance and rural extension. With relationship to the used methodology, a research of character exploratory, descriptive, qualitative and quantitative was accomplished, constituted of a bibliographical revision on the theme in subject and of a field research. The data empiric of the research were obtained through the application of questionnaires with the beneficiaries of the microcrédito rural (Pronaf Grupo B) with the following data: name of the producer, area of the property and ownership condition; economical description of the families and the explored agricultural activities; purposes of the microcrédito rural and your impacts and; PRONAF B's limitations and to leave of a previous listing supplied by the Banco do Nordeste do Brasil it was raffled 30 farmers Pronafianos " B " that had firm contracts among the years from 2004 to 2007 was. Through the application of the questionnaires PRONAF B's farmers were close to identified the financed activities, the increment in the current activities and the impact was evaluated in the incomes of the beneficiary families of the public politics of the microcrédito rural. It was ended that the family farmers need to plan the activities better before acquiring the microcrédito rural, this way they can pay off the financing in the financial agency without harming your life quality.

Key words: public politics, family agriculture, microcrédito rural.

CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO

As políticas públicas destinadas ao desenvolvimento rural vêm crescendo a cada ano, principalmente recursos públicos destinados para desenvolver a agricultura familiar, um setor mais carente e de grande significado para o mercado interno. Com as políticas públicas a agricultura familiar está sendo valorizada, contrapondo-se a modernização conservadora da agricultura brasileira na década de 1970. Essa valorização repercute no campo das políticas públicas e dos projetos destinados aos pequenos agricultores, que a nomenclatura atual é agricultor familiar. E o programa mais importante da modernização do setor rural que se refere ao desenvolvimento rural, deste os anos de 1970, é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Foi com a crise do modelo industrial na década de 1960, que o Estado perdeu a capacidade de manter a articulação com o poder político que o sustentava: a elite agrária. Então, a crise desse modelo se tornou bandeiras políticas de esquerda, movimentos sociais e do movimento camponês em prol do nacionalismo, da reforma agrária, do crescimento dos salários e do mercado interno. Além disso, visavam à superação do pacto de poder que sustentava, historicamente, a industrialização através da derrota das elites agrárias e da consequente reforma do modelo de crescimento industrial, tornando-se mais democrático e menos excludente, passando a depender do crescimento do consumo de bens de salários.

Em 1970 foram mobilizados alguns instrumentos como incentivos fiscais as exportações, minidesvalorização cambiais, criação da Embrapa e da Embrater etc. e a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) em 1965 para dar suporte à política de crédito rural subsidiado. Segundo Delgado (2009) em 1976 a oferta de crédito rural foi incrivelmente abundante e subsidiada, de modo que a participação do crédito na renda agrícola foi muito elevada.

E um fato de suma importância na questão agrária no Brasil foi o espaço que ganhou na discussão pública sobre os vícios e benefícios das transformações ocorridas no meio rural. Por isso, a reforma agrária passou a assumir importância política central durante a elaboração da Nova Constituição em 1988, resultado de diversos grupos e atores sociais, e também das lutas existentes no meio rural.

Surgiram também na década de 1980 novas reivindicações por crédito rural para os pequenos agricultores tecnificados e por políticas de preços. Nesse período apareceram novos movimentos sociais rurais como o movimento dos sem terras (MST), movimentos dos atingidos por barragens, movimento de mulheres trabalhadoras rurais, Conselho Nacional dos Seringueiros, além das antigas e novas representações do movimento Sindical: – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e Central Única dos Trabalhadores (CUT), e também a atuação das organizações não governamentais.

Por causa dos novos personagens, atores e reivindicações, a questão agrária passou progressivamente a ganhar visibilidade política sem precedentes na história do Brasil, tornando-se temas mais complexos e diversificados, no qual abriu caminho para a futura implosão da identidade entre rural e agrícola, e também entre o desenvolvimento e modernização, que depois ganharia destaque conceitual e política na década de 1990.

A década de 1990 marcou devido a influência de dois projetos contraditórios: projeto neoliberal e agronegócio e projeto democratizante, reforma agrária e novo modelo de desenvolvimento rural baseado na agricultura familiar. Esse período pode ser considerado como a continuidade do processo tradicional de exclusão e de dominação no Brasil, numa progressiva elaboração de uma visão alternativa acerca do significado do rural e do desenvolvimento rural sustentável e também para a democratização das relações sociais e políticas no campo.

O projeto político neoliberal originou da restauração conservadora mundial liderada pelos Estados Unidos, ocorrido no início dos anos de 1980, onde visava a retomada de sua hegemonia econômica, política e militar, e que pareceu ameaçada para as elites americanas, devido acontecimentos ocorridos na década de 1970.

Já no Brasil, o projeto neoliberal desencadeou no início dos anos de 1980, e a crise da dívida externa, obrigou o país a um ajustamento econômico unilateral, onde desestruturou a economia e fragilizou completamente a capacidade do Estado formular políticas públicas ativas. Por causa dessa situação, abriu-se caminho para implementação do projeto neoliberal nos dois governos Fernando Henrique Cardoso (FHC).

Os atores do projeto democratizante – partidos políticos e movimentos e organizações da sociedade civil – reivindicavam o alargamento das noções democráticas participativas e não apenas representativas, e também noções de público, onde o Estado não poderia ter hegemonia, abrindo espaço para novos atores sociais na zona rural e também na zona urbana, com objetivos de fortalecimento da governança democrática no país. E como consequência da democratização, viabilizou-se a criação de esferas públicas com objetivos de avançar a democratização relativa ao controle social e a descentralização de várias políticas públicas setoriais, com isso surgiu a representação do Estado e da sociedade civil, tais como os diversos conselhos municipais e estaduais, tanto urbanos quanto rurais, e também alguns conselhos nacionais. E como exemplo importante foi a criação do Conselho de Segurança Alimentar (CONSEA) no Governo de Itamar Franco, e realizou a primeira Conferência Nacional de Segurança Alimentar, em julho de 1994 e também o surgimento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CNDRS), no primeiro Governo FHC, com objetivos estratégicos para o desenvolvimento do Brasil rural. E foi no Governo Lula que o CNDRS passou a assumir a sigla CONDRAF, fortalecendo, ainda mais, o espaço público nacional de participação de organismos governamentais e de representações da sociedade civil

com objetivo de subsidiar a formulação das políticas públicas sob a responsabilidade do Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA, com ênfase no sustentável, na agricultura familiar e na reforma agrária. Contudo, o MDA tornou a agricultura familiar no centro das discussões sobre políticas públicas destinadas ao campo, com valores inovadores como temas relacionados a produção, técnicas, comercialização, agroindústria, preços e crédito, o associativismo, meio ambiente, entre outros.

Mas, foi no Governo Lula, a partir de 2003, que o projeto político democratizante tomou um novo direcionamento, pois se tratava de um sindicalista dos anos 1980, fundador e candidato histórico do Partido dos Trabalhadores (PT), apoiado pelos movimentos sociais urbanos e rurais, ampliando o espaço democrático através de conferências e fortalecimento da sociedade civil organizada, principalmente dos conselhos.

O PRONAF vem com o objetivo de alavancar a produção dos agricultores familiares de modo a garantir crédito, assistência técnica, segurança alimentar etc. num enfoque que considera a família rural como unidade de trabalho, o qual se faz planos para as comunidades, de modo a desenvolver o associativismo e o cooperativismo com foco no desenvolvimento sustentável.

Em 2003, houve uma elevação do acesso ao PRONAF por parte de agricultores descapitalizados, em todas as regiões do país, destacando o esforço feito pela criação de linhas especiais de crédito para grupos de baixa renda, a exemplo do microcrédito rural (Pronaf Grupo B).

Em muitas regiões do país, as cooperativas de crédito tiveram destaques importantes na viabilização do acesso ao crédito pelos agricultores, e também o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) que desenvolveu o Agroamigo como uma metodologia particular de aplicação do microcrédito rural (Pronaf Grupo B) na região Nordeste.

A agricultura familiar é baseada em três características principais: a gerência da propriedade rural que é realizada pela família; o trabalho que é desempenhado na sua maior parte pela família; e os fatores de produção pertencem à família, com exceção da terra que às vezes são passíveis de sucessão em caso de falecimento. Também na classificação das propriedades agrícolas, as dificuldades são muito grandes. Baseando-se numa gama de fatores, muitos autores têm divergido em algumas questões baseadas em critérios de avaliação ou de atributos das propriedades familiares.

O microcrédito rural (Pronaf Grupo B) foi criado em 1999 no âmbito do “PRONAF” para combater a pobreza rural, sendo estratégico para os agricultores familiares pobres, pois valoriza o potencial produtivo deste público e permite estruturar e diversificar a unidade produtiva. O PRONAF B é uma linha de crédito que disponibiliza recursos de pequenos valores, para investimentos em atividades agrícolas e não agrícolas no meio rural tais como: compra de pequenos animais, máquinas e equipamentos para fabricação de alimentos e artesanato, caixas de abelha, manutenção da propriedade e da própria família, dentre outros.

Os agricultores enquadrados no PRONAF “B” se caracterizam por sua pequena renda auferida com a atividade rural (agrícola ou não agrícola) e, em sua maioria também beneficiados por programas sociais do Governo Federal, a exemplo do Bolsa Família. Portanto, fazem parte do grupo considerado da pobreza rural e a cada safra são ampliados os recursos para financiamentos.

Na safra de 2009/2010, o microcrédito rural do grupo PRONAF B foi ampliado para um teto de até R\$ 2.000,00 por operações com juros de 0,5% a.a. e bônus de adimplência de 25% ao quitar o crédito até a data do vencimento, porém só vale para os primeiros R\$ 4.000,00, a partir desse valor o reembolso do crédito é integral mais juros. O microcrédito rural pode ser reembolsado no prazo de até 2 anos, e estas operações são realizadas com risco integral da União ou dos Fundos Constitucionais.

O trabalho da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) com os Pronafianos do Grupo B envolvem ações junto às famílias atendidas pelo “Agroamigo” e similares, e não apenas os agricultores que acessaram o microcrédito rural, pois o papel da ATER não é apenas a formalização do crédito, e sim a qualificação desse crédito, mesmo no caso de financiamentos já concedidos.

A EMATER-RN é a principal instituição de ATER do Estado do Rio Grande do Norte que atua com a concessão de Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), formalização de financiamentos e a consequente ATER de qualidade, tendo como prioridade o público do universo dos Pronafianos “B” como alvo da ação de assistência técnica e extensão rural.

A pesquisa de campo foi baseada na avaliação de experiências concretas do PRONAF, especificamente o crédito agrícola dos beneficiários do grupo “B” realizadas no Município de Coronel Ezequiel-RN, através de experiências práticas vividas durante o estágio profissional juntamente com os agricultores familiares.

Foram sorteados aleatoriamente agricultores que obtiveram o microcrédito rural entre os anos de 2004 a 2007, enquadrado como agricultores familiares que obtiveram o PRONAF B durante esse período, levando em consideração os fatores socioeconômicos.

CAPITULO 2 - A PESQUISA

2.1 Área de Atuação

Políticas Públicas

2.2 Tema

Microcrédito Rural na Agricultura Familiar

2.3 Justificativa

A pequena e média produção agropecuária é normalmente baseada na agricultura do tipo familiar. Nessa categoria, estão incluídos os pequenos e médios proprietários de terras, bem como as diversas modalidades de trabalhadores rurais sem terra (pequenos arrendatários, parceiros, posseiros etc.). Para os agricultores familiares descapitalizados o forte ainda é a produção de alimentos básicos como milho, feijão, mandioca, arroz e aves caipiras. Atualmente os agricultores familiares estão adquirindo, através do PRONAF, pequenos animais para melhorar a renda, tais como ovinos, caprinos e também vaca leiteira. Além do microcrédito rural (Pronaf Grupo B) com rebote de 25% do débito, os agricultores familiares são beneficiados com as políticas públicas de inclusão social como o programa bolsa família, o programa garantia safra, turismo rural na agricultura familiar, o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) e capacitação técnica. Contudo, sem o crédito não tem produção para fornecer ao compra direta e nem para sua subsistência. Portanto, o PRONAF vem com o objetivo de alavancar a produção dos agricultores familiares de modo a garantir crédito, assistência técnica, segurança alimentar etc. num enfoque que considera a família rural como unidade de trabalho, o qual se faz planos para as comunidades, de modo a desenvolver o associativismo e o cooperativismo com foco no desenvolvimento sustentável.

Importante salientar que essa categoria de produtor visa basicamente garantir o sustento da família, mas seu volume de produção é suficiente para o autoconsumo e a produção do excedente garante o abastecimento da população como um todo. O excedente da

produção da agricultura familiar vem suprir uma demanda que o agronegócio não consegue atingir, que são as pequenas criações e as atividades rurais que requerem uma maior atenção como, por exemplo, a criação de abelhas e os produtos hortifrutigranjeiros.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Censo Agropecuário de 2009, a agricultura familiar é o setor que emprega 75% da mão-de-obra no campo, sendo responsável pela segurança alimentar dos brasileiros, produzindo 70% do feijão, 87 % da mandioca, 58 % do leite, 59% do plantel de suínos, 50% das aves, 30% dos bovinos e também 21% do trigo consumido no país.

O IBGE, também identificou 4,3 milhões de estabelecimentos de agricultura familiar que representam 84,4% do total, porém ocupa apenas 24,3% da área dos estabelecimentos agropecuários brasileiros.

Apesar de ocupar apenas um quarto da área agrícola do país, a agricultura familiar é responsável por garantir a segurança alimentar dos brasileiros, gerando a maioria dos produtos da cesta básica em todas as regiões.

O IBGE aponta, também, que atualmente existem 12,3 milhões de trabalhadores familiares (74,4% do total de ocupados no campo), o que equivale a cada 10 (dez) trabalhos ocupados no campo, sete estão na agricultura familiar. Pode-se afirmar que os grandes responsáveis por este desempenho identificado pelo Censo Agropecuário 2009 do IBGE são os beneficiários do PRONAF, que estão divididos nos Grupos A, B e Variável, de acordo com a renda anual auferida na propriedade.

O PRONAF Grupo B é de suma importância, pois é focado no atendimento do segmento das famílias rurais mais pobres do Brasil. Os agricultores enquadrados nesse grupo se caracterizam por sua pequena renda auferida com a atividade rural, seja agrícola ou não agrícola, e em sua maioria também beneficiados por programas sociais do governo a exemplo do Programa Bolsa Família e fazem parte do grupo considerado da pobreza rural. E Segundo

o MDA, precisam ser trabalhados de maneira diferenciada para que os pequenos investimentos a que têm direito de acessar, possam responder positivamente como renda adicional líquida.

O microcrédito rural (Pronaf Grupo B) permite a inserção de um maior número de beneficiários, justamente os mais pobres, que apresentam precariedade no controle sobre os meios de produção, fragilidade de organização e extrema pobreza, que impediam o acesso ao crédito, principalmente na Região Nordeste.

A pesquisa de campo analisou as experiências concretas do PRONAF, especificamente o microcrédito rural (Pronaf Grupo B), implementados pelo Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Norte (EMATER-RN) e o Agroamigo do Banco do Nordeste no Município de Coronel Ezequiel, pertencente ao Estado do Rio Grande do Norte.

As informações da pesquisa de campo contribuíram para avaliar a utilização do microcrédito rural (Pronaf Grupo B) pelos agricultores familiares do Município de Coronel Ezequiel-RN, como também os respectivos impactos nas atividades produtivas, nas rendas e na qualidade de vida.

2.4 Problemática

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), especialmente o programa de microcrédito rural (Pronaf Grupo B), está provocando impactos positivos na renda dos agricultores familiares do Município de Coronel Ezequiel-RN?

2.5 Hipótese

A implementação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) com assistência técnica eficiente e orientação em educação financeira possibilitará uma melhor qualidade de vida das famílias beneficiadas pelo microcrédito rural (Pronaf Grupo B).

2.6 Objetivos

2.6.1 Objetivo Geral

Avaliar a utilização e o impacto do microcrédito rural (Pronaf Grupo B), nas rendas dos agricultores familiares beneficiados pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, no Município de Coronel Ezequiel - RN.

2.6.2 Objetivos Específicos

- Identificar as atividades produtivas exercidas nos estabelecimentos rurais;
- Identificar os impactos do microcrédito rural nas atividades produtivas;
- Avaliar os impactos nas rendas dos agricultores familiares.

CAPITULO 3 - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 Desenvolvimento rural e sua importância

Os programas de desenvolvimento do governo brasileiro, mesclando seus interesses próprios e externos, vêm crescendo a cada dia e se percebe essas mudanças desde os anos de 1970, inicialmente com grande ênfase na industrialização do Brasil.

Em relação ao rural, nos últimos anos as políticas de desenvolvimento adotaram algumas transformações, em grande parte, devido as pressões dos movimentos sociais, tendo como consequencia a participação da sociedade civil em torno dos interesses das populações locais. Em relação a atuação da sociedade civil no que se refere ao desenvolvimento rural local, o exemplo da atuação dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS), é considerado por muitos autores sociais como a mais importante inovação institucional para implementação das políticas públicas no meio rural.

Segundo Fialho e Waquil (2004), os conselhos nem sempre refletem as vontades ou anseios da sociedade local abrangente, já que boa parte se encontra submissa a poderes locais dominantes. Então, esses domínios, sobretudo em regiões mais carentes do Brasil, os conselhos restringem a capacidade de descobrir potenciais de desenvolvimento que os mecanismos convencionais de mercado são incapazes de revelar.

A agricultura familiar vem num processo crescente de valorização, contrapondo-se a modernização conservadora da agricultura brasileira. Essa valorização repercute no campo das políticas públicas e dos projetos. Nos próximos capítulos enfatizar-se-á com detalhes o processo de modernização da agricultura brasileira. E o programa mais importante da modernização do setor rural que se refere ao desenvolvimento rural, deste os anos de 1970, é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) que será mostrado com detalhe nos próximos capítulos.

Como cita Fialho e Waquil (2004), o desenvolvimento rural deve ser concebido num quadro territorial, muito mais que setorial, onde o desafio será cada vez menos como integrar o agricultor à indústria e, cada vez mais, como criar as condições para que a população valorize um certo território num conjunto muito variado de atividades e de mercados.

E os aspectos que são levados em consideração pela população no que se refere a sua satisfação ou não em viver no rural são próprios e particulares de cada sociedade, tais como: valores culturais, expectativas futura, visão de mundo, entre outras; e não devem ser identificados somente pela geração de riqueza. Talvez, dependendo de aspectos subjetivos da sociedade, a riqueza não espelha desenvolvimento, mas outros impregnados de simplicidade.

O termo desenvolvimento rural está fortemente atrelado a dois objetivos que permanecem presentes no pensar do governo e da sociedade em geral, apesar do esforço de incorporar ao discurso (escrito e oral) elementos que visem reduzir o grau de importância desses objetivos. Estes dois objetivos estão relacionados à geração de renda e de emprego. Apesar do esforço de integrar outros elementos ou aspectos (sociais e ambientais, por exemplo), a questão da geração de renda e de emprego permanece intocável e hegemônica na pauta de discussão sobre a problemática do desenvolvimento rural (FIALHO e WAQUIL, 2004 - Revista Extensão Rural, DEAER/CPGExR – CCR – UFSM, Ano XV, p. 143).

O desenvolvimento rural não é apenas aumentar a produtividade e exportar bens e serviços como vigora na ideia do agronegócio, e sim gerar emprego, renda, em todos os níveis da economia, seja através da agricultura familiar ou do agronegócio, desde que seja realizado com sustentabilidade. Isso por que as pessoas que sobrevivem do setor primário precisam de políticas públicas que vise melhorar a qualidade de vida, preservar o meio ambiental e suas culturas para que de fato exista desenvolvimento rural. O termo “sustentabilidade” no meio rural pode ser considerado como um desenvolvimento rural que preserve o meio ambiente, onde possa manter continuamente o melhoramento das condições de reprodução das famílias a partir da produção agrícola.

Para implementar um desenvolvimento rural são necessárias muitas ações integradas envolvendo um determinado local, uma determinada região, com objetivo de melhorar a

qualidade de vida das pessoas, visando proporcionar melhorias na renda da agricultura, na alimentação, na segurança alimentar, na saúde, no saneamento básico, na educação etc.

3.2 Papel e lugar do rural no desenvolvimento nacional

3.2.1 A modernização conservadora na década de 1970

Foi a partir da metade dos anos 1950, durante o Governo Juscelino Kubitschek, até o final da década de 1970, que a burocracia estatal e os formuladores da política pública adotaram a ideia de que era necessário industrializar o Brasil para eliminar a diferença que separava dos países capitalistas industrializados. Nesse período os governos formularam políticas públicas com objetivo de industrializar o Brasil de maneira conservadora sem romper com as elites agrárias. Durante esse período o Estado incentivou o crescimento econômico, sendo agente produtivo, no qual teve a função de criar, captar e centralizar os créditos necessários à transformação da estrutura produtiva industrial, com a ajuda do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); foi articulador dos capitais nacionais e internacionais que participaram do processo de acumulação industrial e de forma incompleta e deformada, porém a estrutura industrial permaneceu nos países capitalistas; foi expressão e sustentáculo de um pacto de poder autoritário e excludente das camadas populares, principalmente do meio rural, onde o projeto industrializante mantinha intocada a estrutura de poder no campo e garantia ainda mais mecanismo de valorização especulativa dos capitais e o Estado; também, foi um grande formulador e executor de políticas públicas no nível macroeconômico e setorial, sendo privilegiado a constituição de uma economia urbano-industrial focado na produção. A produção foi subsidiada visando mercados e tendo como consequências os preços dos alimentos controlados e também os salários reduzidos, com isso foram elevados os lucros industriais e a expansão da infraestrutura de energia, transporte etc.

O modelo industrial dependente e excludente entrou em crise na década de 1960, no qual seus mecanismos tradicionais de financiamento e suas frentes de expansão foram abaladas pela aceleração da inflação e pela perda de capacidade do Estado de manter a articulação do pacto de poder político que o sustentava. A crise desse modelo se tornou bandeiras políticas de esquerda, movimentos sociais e do movimento camponês em prol do nacionalismo, da reforma agrária, do crescimento dos salários e do mercado interno. Essas bandeiras visavam a superação do pacto de poder que sustentava historicamente a industrialização através da derrota das elites agrárias e da consequente reforma do modelo de crescimento industrial, tornando-se mais democrático e menos excludente, passando a depender do crescimento do consumo de bens de salários.

Mesmo com a criação do Estatuto da Terra em novembro de 1964 e uma posição relativamente favorável a uma mudança fundiária conservadora no plano de ação econômica do primeiro governo militar e a falta de sustentação política divergente na base social e política de apoio ao governo militar levou à supressão de qualquer intenção de mudança na estrutura agrária brasileira após o Ato Institucional nº. 5, de dezembro de 1968. Isso facilitou a implementação da política de modernização da agricultura brasileira ao invés de reformar o latifúndio, visando a transformação do rural numa grande empresa capitalista.

A política de modernização de 1970 mobilizou alguns instrumentos como incentivos fiscais as exportações, minidesvalorização cambiais, criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e da Empresa brasileira de Extensão Rural (Embrater) etc., e a criação do Sistema Nacional de Crédito (SNCR) em 1965 para dar suporte à política de crédito rural subsidiado. Segundo Delgado, N. (2009, p. 9) em 1976 a oferta de crédito rural foi incrivelmente abundante e subsidiada, de modo que a participação do crédito na renda agrícola foi muito elevada. Este período destacado influenciou o crescimento do comércio internacional, no qual houve melhoria significativa dos termos de troca para a economia

brasileira e com melhoria dos preços agrícolas para exportação. Então, a base de sustentação da ditadura militar foi a conjuntura financeira e comercial bastante favorável, estimulando uma política de abertura da economia voltada para o crescimento das exportações agrícolas, principalmente da soja, na região sul.

Delgado (2009, p. 10) expõe algumas características da modernização conservadora da agricultura brasileira, tais como:

- 1 - o crédito agrícola subsidiado concentrou-se nas regiões Sul e Sudeste, acentuando os desequilíbrios regionais existentes;
- 2 - privilegiou principalmente os grandes produtores e alguns médios, aumentando a concentração fundiária, no qual houve diminuição no número de estabelecimentos com menos de 50 ha;
- 3 - favoreceu basicamente os produtos agrícolas destinados à exportação, com isso houve o aumento da relação preços das exportações/preços dos produtos alimentares, provocando um acentuado desequilíbrio na relação entre produção para exportação e produção para alimentação, piorando a distribuição de renda no meio rural;
- 4 - a modernização da agricultura foi influenciada, na época, pelo que se chamava de “complexo agroindustrial”, tendo como liderança as empresas multinacionais, num processo que foi também chamado de “industrialização (e internacionalização) da agricultura” ou de “revolução verde”;
- 5 - a conjuntura internacional extremamente favorável, tanto do ponto de vista da demanda por exportações de produtos agrícolas, como pela disponibilidade de crédito no sistema financeiro mundial, e;
- 6 - e por fim, promoveu um violento processo de expulsão de mão-de-obra do campo, especialmente nas regiões onde a modernização foi mais intensa: o Sudeste e o Sul onde

foram responsáveis por cerca de 60% do total das migrações líquidas do meio rural nas décadas de 1960 e 1970.

A modernização agrícola durante o governo militar foi profundamente associado a uma base social de apoio político que influenciou decisivamente nos grupos sociais favorecidos e nos grupos sociais penalizados. Os grupos beneficiados foram agricultores capitalistas, empresas nacionais e multinacionais, latifundiários “tradicionais” e “modernos”, sistema financeiro e os grupos penalizados foram basicamente pequenos agricultores, assalariados rurais, principalmente, os temporários, “bóias-frias”, além das populações rurais sem terra.

De acordo com Delgado (2009) os atores governamentais e empresariais do meio rural, no período do governo militar, era sinônimo de agrícola e desenvolvimento rural, e também igual a desenvolvimento agrícola, sendo identificado como a modernização da agricultura. Enquanto que as populações excluídas eram consideradas pelo governo militar e por organismos internacionais como populações de “baixa renda”, para as quais eram destinados, especialmente no Nordeste, os chamados “projetos de desenvolvimento rural integrado”, difundidos pelo Banco Mundial por toda a América Latina.

Importante salientar que a Amazônia era considerada para os militares como uma região estratégia de integração nacional – no qual englobava o Nordeste e o Centro-Oeste- concebida através da execução de grandes programas especiais, como o Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (Polamazônia) e outros, que visavam estimular a instalação de capitais nacionais e multinacionais na região, bem como a expansão de uma agropecuária empresarial moderna.

Como consequência da exclusão de alguns grupos sociais da modernização agrícola aumentou a demanda por terra por parte do movimento sindical remanescente, apoiada por setores da Igreja Católica, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), criada em 1975, que foi

abafada e reprimida pela repressão política dominante, porém se manteve espalhada por todo o país e enraizada nas experiências cotidianas dos trabalhadores.

3.2.2 O ajustamento doméstico à crise externa na década de 1980

O incentivo ao financiamento e ao crescimento industrial que dominou no pós-guerra teve declínio no início da década de 1980, tendo consequência o aumento da dívida externa, a impossibilidade do acesso ao mercado internacional de crédito e a aceleração da inflação. Em 1983 o Fundo Monetário Internacional (FMI) passou a monitorar e fiscalizar a política macroeconômica, tais como: monetária, fiscal e comercial. O objetivo principal foi viabilizar os pagamentos relativos ao serviço da dívida externa e impedir o endividamento público externo, além de evitar a hiperinflação na economia.

A política econômica adotada na década de 1980 foi recessiva como as seguintes características:

1 - desvalorização da taxa de câmbio com objetivo de deslocar recursos dos setores produtivos de bens para o consumo doméstico; para os produtos voltados às exportações ou à substituição das importações; para possibilitar a retomada do crescimento econômico, passando a depender do comportamento do mercado externo e não do interno.

2 – transferência de renda dos assalariados por meio da aceleração inflacionária e do desequilíbrio financeiro progressivo do setor público, assim houve crescimento da dívida pública interna e ao mesmo tempo a estatização da dívida externa.

Segundo Delgado (2009) os juros pagos pelo Brasil em 1978 a 1982 aumentaram 282%, em decorrência da elevação das taxas de juros internacionais, refletindo em déficit acumulado na balança de transações correntes.

Com o aumento da crise externa dos anos 1980, depois da moratória mexicana, acumularam-se os déficits na conta de transações correntes, e os bancos internacionais se se

recusaram a manter o fornecimento do montante de empréstimo requerido pelo seu financiamento. Como consequência a economia brasileira foi obrigada, em um curto prazo, ajustar-se unilateralmente a situação mencionada. Os resultados da crise foram danosos para a economia brasileira, resultando em um baixo Produto Interno Bruto (PIB), com taxas médias anuais de aproximadamente 1,7 % na década de 1980, abaixo da taxa média de crescimento da década de 1970 que foi de 8,7 % ao ano e também do período pós-guerra até 1970 que foi de 7% ao ano. Devido a isso o Estado perdeu a capacidade de implementar políticas econômicas setoriais autônomas.

Durante o período de crise, entre os anos de 1980 a 1984, o desempenho da agricultura foi mais favorável do que o setor industrial, e até mesmo em relação a outros setores da economia. Isso ocorreu devido a dois elementos principais, tais como:

1 – o Governo Figueiredo, em 1979, priorizou a agricultura, onde Delfin Neto popularizou com o seguinte conceito: “encher a panela do povo”, numa expectativa de uma crise de abastecimento de alimentos, incentivando o aumento da produção, e;

2 – a política de desvalorização da taxa de câmbio foi capaz de compensar, em média nacional, as perdas de receitas em dólares dos exportadores brasileiros, isso devido a queda dos preços internacionais das commodities agrícola, garantindo a continuidade de sua produção, um exemplo foi a produção de soja, que permaneceu aumentando, porém em taxas inferiores.

Portanto, nos anos de 1980 as políticas cambiais de preços mínimos e tecnológicos viabilizaram o crescimento agrícola em um ambiente macroeconômico interno e externo, sendo bastante desfavorável. Consequentemente, os produtos de alimentação oriundos da agricultura familiar, na década de 1980, tiveram desempenho favorável melhor do que na década de 1970. Três evidências desse desempenho foram constadas (Delgado, 2009), tais como:

- 1 – o maior crescimento do número de estabelecimentos rurais de até 20 hectares;
- 2 – a maior estabilidade do emprego agrícola como proporção do emprego total e a redução da intensidade das migrações rural-urbanas por causa do crescimento industrial;
- 3 – a queda relativa do preço da terra em relação a sua substancial elevação na década de 1970.

Durante a luta pela democratização do país, a questão agrária ganhou relevância na discussão pública sobre os vícios e benefícios das transformações ocorridas no meio rural. Por isso, a reforma agrária passou a assumir importância política central durante a elaboração da Nova Constituição em 1988, resultado de diversos grupos e atores sociais, e também das lutas existentes no meio rural.

Foi na década de 1980 que surgiram novos personagens como: “os atingidos por barragens”, com destaques aos proprietários, posseiros, parceiros, arrendatários, que foram expulsos de suas terras devido a construção de grandes usinas; “os seringueiros”, que resistiram na Região Norte com transformação dos seringais em pastagens; “os pequenos produtores”, que perderam ou estavam a perder suas terras no Sul, por causa da modernização agrícola, assumindo paulatinamente a identidade de “sem terra”; também surgiram “os posseiros”, instalados nas áreas de fronteiras agrícolas do Norte e do Centro-Oeste.

Surgiram também novas reivindicações por crédito rural para os pequenos agricultores tecnificados e por políticas de preços. Nesse período apareceram novos movimentos sociais rurais como o MST, movimentos dos atingidos por barragens, o movimento de mulheres trabalhadoras rurais, Conselho Nacional dos Seringueiros, além das antigas e novas representações do movimento Sindical: CONTAG e CUT, e de organizações não governamentais. Essas instituições se envolveram na campanha nacional pela reforma agrária durante a Assembleia Constituinte.

Segundo Delgado (2009), como consequência dos novos personagens, atores e reinvidicações, a questão agrária passou progressivamente a ganhar visibilidade política sem precedentes na história do Brasil; tornando-se temas mais complexo e diversificado, abrindo caminho para a futura implosão da identidade entre rural e agrícola, e também entre o desenvolvimento e modernização, que depois ganharia destaque conceitual e política na década de 1990.

O processo de modernização agrícola denominado de revolução verde ocorrido nos países do terceiro mundo na década de 1970 e implantado no Brasil foi criticado por apresentar caráter excludente e nefastos efeitos ambientais, culturais, econômicos e sociais.

As divergências da revolução verde no Brasil iniciaram através das “Associações de Agrônomos” e “Organizações Não Governamentais (ONGs)”, posteriormente assumida pelos movimentos sociais rurais com debates sobre tecnologias alternativas, defendendo um novo modelo de desenvolvimento rural, onde as consequências ambientais, sociais, econômicas, culturais e políticas fossem benéficas aos pequenos produtores e às populações rurais. E a partir de 1980, com as preocupações internacionais sobre a preservação do meio ambiente surgiu uma nova concepção: desenvolvimento sustentável para a humanidade.

Na década de 1980 foi elaborada a proposta de Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), resultado de debate sobre a reforma agrária. O PNRA resultou em uma divisão, onde a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) apoiou o Plano de Reforma Agrária, enquanto que, o Movimento dos Sem Terra (MST) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT), tornaram-se opositores. Além do MST e da CUT, o PNRA enfrentou, também, oposição forte da Unidade Democrática Ruralista (UDR). A UDR representava as “elites agrárias” e tinha como objetivo principal influenciar a assembleia constituinte na defesa da propriedade da terra e inviabilizar canais constitucionais em prol da reforma agrária.

O PNRA foi abandonado pelo Governo Sarney e a articulação das elites agrárias no combate ao Plano foi decisiva para impedir o avanço de propostas de reforma agrária mais consistente e abrangentes na Constituinte e para dificultar tentativas futuras de implementá-las (DELGADO, 2009, p.17).

Contudo, o plano foi apreciado pelas representações da sociedade civil e dos agricultores favoráveis à reforma agrária, sendo fator determinante para intensificar as lutas pela reforma agrária na década de 1990. O PNRA dificultava a reforma agrária com sua burocracia estatal centralizada e fragmentada, no qual apoiava as elites agrárias.

3.2.3 A década de 1990: A “confluência perversa” de dois projetos contraditórios: projeto neoliberal e agronegócio e projeto democratizante, reforma agrária e novo modelo de desenvolvimento rural baseado na agricultura familiar

O avanço da crise na década de 1980, manifestada através da aceleração inflacionária, fracasso de planos estabilizadores e de crise financeira do Estado, levou o governo a diminuir, consideravelmente, as políticas públicas para o setor agrícola no final desse período.

Mesmo com os efeitos positivos do Plano Cruzado sobre os investimentos e a euforia agrícola em 1986, os planos de estabilização posteriores criou instabilidade significantes nas expectativas dos agentes econômicos, no qual gerou comportamentos especulativos quanto aos estoques e ativos agropecuários. Isso teve como consequência a especulação na formação dos preços das commodities agrícolas e outros fatores, causando uma crise agrícola no início dos anos de 1990.

Nos anos de 1987 a 1988, em consequência do desmonte da política pública de regulação do complexo trigo no Brasil, abriu-se a porta para o abandono do sistema de política agrícola baseado no mercado interno e na intervenção direta nos mercados agrícolas. E foi direcionada uma opção por liberalização de mercados e privatização de instrumento de política, que foi implementado na década de 1990, principalmente no Governo Collor e primeiro Governo FHC, beneficiando os créditos na economia brasileira. Sendo fator negativo

para a agricultura, e seus efeitos mais prejudiciais à agricultura familiar. Os efeitos prejudiciais na agricultura familiar ocorreram devido a liberalização comercial e o desmonte do modelo de intervenção do Estado na década de 1980; a adoção do plano real em 1994, que levou a uma queda da renda real do setor agrícola em cerca de 20 a 30% no primeiro semestre de 1995; e a valorização da taxa de câmbio até 1998, associada ao grande volume de recursos disponíveis no sistema financeiro internacional e a taxas de juros domésticas bastantes elevadas, com isso favoreceu as importações.

O valor total das importações agrícolas passou de US\$ 2,4 bilhões em 1990 para US\$ 5 bilhões em 1994 e US\$6,8 bilhões em 1996, uma situação sem precedentes na história moderna da economia brasileira (DELGADO, 2009, p.20).

A redução dos preços reais dos produtos da agricultura familiar resultou, praticamente, na estagnação da produção de feijão e arroz, cebola e mandioca, na década de 1990, e também se reduziu a produção de trigo em média de 6 milhões de toneladas em 1987/88 para 1,8 milhões em 1994/95, e para 2,3 milhões de toneladas em 1998/99, repondo a dependência do consumo inteiro de trigo das importações.

Já na agricultura patronal os efeitos foram parcialmente compensados pelos preços internacionais que favoreceram os produtos agrícolas como soja, açúcar, suco de laranja e café. Enquanto que na agricultura familiar aconteceu o contrário, pois os efeitos negativos foram amplificados pela reduzida elevação do mercado interno para seus produtos, resultado do baixo crescimento da economia e do emprego urbano.

O setor primário brasileiro aparece como o principal gerador de divisas e, em alguns momentos, como fomentador do processo de industrialização do país. Dentro deste contexto a porção marginalizada do setor primário, hoje identificada como agricultura familiar, estava submetida a uma crônica invisibilidade, apesar de contribuir significativamente para o abastecimento do mercado interno (FIALHO e WAQUIL, 2004 - Revista Extensão Rural, DEAER/CPGExR – CCR – UFSM, Ano XV, p. 131).

De acordo com Delgado (2009) o agronegócio teve um verdadeiro relançamento a partir de 1999, sendo prioridade da política econômica doméstica, com as seguintes medidas:

- 1- um programa prioritário de investimentos em infraestrutura territorial que visava a incorporação de novos espaços territoriais, meios de transporte e corredores comerciais ao agronegócio, principalmente nas regiões Centro-Oeste e Norte do país;
- 2 - reorganização da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) para operar o sistema público de pesquisa em maior consonância com as empresas multinacionais, e na época teve o lançamento dos produtos agrícolas transgênicos;
- 3 - “frouxidão da política fundiária”, ou seja, sua relativa incapacidade de fiscalizar e regular o mercado de terras, deixando completamente fora do controle público as “terras devolutas” e;
- 4 - desvalorização da taxa de câmbio real, com isso tornou o agronegócio novamente competitivo no comércio internacional.

O relançamento do agronegócio resultou em um crescimento do PIB agrícola de 4,6 % ao ano, em média no período de 2000 a 2003, acima das taxas médias anuais do PIB total e do PIB industrial, de 1,8% e 1,5%, respectivamente. Isso ocorreu principalmente na produção de soja, com 38 milhões de toneladas em 2001 e 42 milhões de toneladas em 2003. Sendo que a produção de soja e milho, em 2003, representou 80% do total de grãos produzido no Brasil.

Como mostra Delgado (2009), as exportações agropecuárias brasileiras aumentaram em quase 50% no período de 2000 a 2003, passando de cerca de US\$ 20,6 bilhões em 2000 para US\$ 30,6 bilhões em 2003. Os exportadores em 2003 foram: União Européia (36%), Ásia (18%) e EUA e Canadá (17%) que equivale a 71% do total das exportações.

O crescimento da participação da Ásia nas exportações brasileira que era de 10% no início da década de 1990, teve evolução no período de 2000 a 2003, principalmente a soja para a China. Assim, o Brasil conquistou uma condição de grande comercializador mundial de produtos agroalimentares, devido um processo crescente da monocultura de grãos e de dependência exagerada da pauta de exportações agrícolas do “complexo soja”. Então, a década de 1990 pode ser considerada um período crucial para a continuidade do processo

tradicional de exclusão e de dominação no Brasil, numa progressiva elaboração de uma visão alternativo acerca do significado do rural e do desenvolvimento rural sustentável e também para a democratização das relações sociais e políticas no campo. Percebe-se, também, que a sociedade brasileira ficou perante a dois projetos políticos contraditórios: projeto político neoliberal e um projeto político democratizante.

O projeto político neoliberal se originou da restauração conservadora mundial liderada pelos Estados Unidos, ocorrido no início dos anos de 1980, onde visava à retomada de sua hegemonia econômica, política e militar, e que pareceu ameaçada para as elites americanas, devido acontecimentos ocorridos na década de 1970.

Já no Brasil, o projeto neoliberal desencadeou no início dos anos de 1980, e a crise da dívida externa obrigou o país a um ajustamento econômico unilateral, onde desestruturou a economia e fragilizou completamente a capacidade do Estado em formular políticas públicas ativas. Por causa dessa situação, abriu-se caminho para implementação do projeto neoliberal nos dois governos FHC e as propostas do projeto foram:

- 1 - privatização do setor produtivo estatal e de redução do protagonismo do Estado no crescimento econômico;
- 2 - ênfase no papel ativo das empresas internacionais em mercados domésticos desregulados e liberalizados através da abertura comercial e;
- 3 - papel estratégico das exportações agrícolas para enfrentar o estrangulamento recorrente da balança de pagamentos, especialmente em uma economia que estava se tornando mais aberta e desregulada, sendo as exportações imprescindíveis para alavancar à retomada do crescimento econômico.

Já no projeto político democratizante, que teve origem na retomada da luta pela democratização do país desde o final da década de 1970, e ganhou força com a nova Constituição Federal de 1988.

Os atores do projeto democratizante – partidos políticos e movimentos e organizações da sociedade civil – reivindicavam o alargamento das noções democráticas participativas e não apenas representativas, e também noções de público, onde o Estado não poderia ter hegemonia, abrindo espaço para novos atores sociais na zona rural e urbana, com objetivos de fortalecimento da governança democrática no país.

A partir da constituição de 1988, viabilizou-se a criação de esferas públicas com objetivos de avançar a democratização relativa ao controle social e a descentralização de várias políticas públicas setoriais. As instituições não eram estatais, mas consideradas públicas, onde tinha representação do Estado e da sociedade civil, tais como os diversos conselhos municipais e estaduais, tanto urbanos quanto rurais, e também alguns conselhos nacionais. Um conselho nacional com destaque foi a criação do Conselho de Segurança Alimentar (CONSEA) no Governo de Itamar Franco, e realizou a primeira Conferência Nacional de Segurança Alimentar, em julho de 1994. O conselho foi abandonado no primeiro Governo FHC, sendo ativado no Governo Lula, ganhando destaque e legitimidade, e priorizado como política de desenvolvimento nacional.

Outro marco importante para o rural se refere ao surgimento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CNDRS), no primeiro Governo FHC, com objetivos estratégicos para o desenvolvimento do Brasil rural. Já no Governo Lula, o CNDRS passou a assumir a sigla CONDRAF (Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável), fortalecendo, ainda mais, o espaço público nacional de participação de organismos governamentais e de representações da sociedade civil. E tinha como objetivo subsidiar a formulação das políticas públicas sob a responsabilidade do Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA, com ênfase no sustentável, na agricultura familiar e na reforma agrária. Na década de 1990, o destaque foi a prática das conferências nacionais, estaduais e municipais, e atingiu um patamar importante no Governo Lula, sendo usado como um instrumento

indispensável de aprendizado e de mobilização em torno da construção de agendas de reivindicações da sociedade civil, para influenciar a formulação e a implementação de políticas públicas setoriais em diversas áreas com saúde, educação, meio ambiente, cidades e desenvolvimento rural, entre outros.

A inserção da agricultura no projeto neoliberal se concretizou através de políticas públicas e outros benefícios governamentais, tendo como consequências o aumento da produção para a exportação, viabilizando o superávit crescente na balança comercial. E tendo como exigência a gestão da conta de transações correntes do balanço de pagamento do Brasil, que foi prioritária na década de 1990, devido aos desequilíbrios causado pelo endividamento externo da globalização, pela instabilidade conjuntural dos capitais internacionais e pelo comportamento dos preços internacionais das commodities agrícolas internacionais.

Foi nos anos de 1970 que surgiu a representação do sindicalismo rural que contestava o monopólio da CONTAG, no qual introduziram novos temas e novas demandas nas reivindicações. Com isso surgiram três novas identidades políticas nos anos de 1990: os sem terra, os assentados e os agricultores familiares.

Os sem terra e os assentados reivindicaram reforma agrária, entendida como transformação política, econômica e social, indispensável para a democratização do campo e para a mudança do padrão de modernização predominante. E o grande protagonista das reivindicações foi o MST, que se espalhou por todo Brasil, transformando os assentamentos em espaços de produção, sociabilidade e intervenção política.

A denominação “agricultores familiares” surgiu, na década de 1990, substituindo a nomenclatura de “pequenos produtores” que dominou na década de 1980. Isso ocorreu devido à perda de relevância política dos assalariados rurais; da maior complexidade social e política dos pequenos agricultores, tanto em termos de suas demandas e mobilizações, como de suas lideranças, onde ganhou maior peso no sindicalismo em todo o país; da progressiva decepção

com a modernização da agricultura e sua incapacidade de atender às demandas desses agricultores, surgindo um novo modelo de desenvolvimento no campo com ênfase em tecnologias alternativas, organização produtiva, comercialização, agroindustrialização e preservação do meio ambiente etc.; e a intensificação da reflexão intelectual e do debate sobre a permanência, o significado e a importância econômica e social da agricultura familiar para um desenvolvimento rural mais democrático.

No entanto, a categoria agricultor familiar entrou no centro das discussões políticas públicas destinadas ao campo, com valores inovadores como temas relacionados a produção, técnicas, comercialização, agroindústria, preços e crédito e associativismo, meio ambiente, entre outros. Também, foi enfatizado o tema da reforma agrária, ganhando relevância e urgência política, principalmente para o movimento sindical. A proposta era um projeto alternativo de desenvolvimento rural baseada na agricultura familiar em todo país, deixando de ser apenas na região Sul, e veio para contrapor a modernização do agronegócio. Esse novo modelo de desenvolvimento foi impulsionado por:

- 1 - transformações econômico-sociais do meio rural que se espalharam progressivamente por todo o país;
- 2 - grandes mobilizações nacionais, como os “Gritos da Terra”, realizadas para influenciar o Estado e as políticas públicas e para ganhar visibilidade e apoio da sociedade;
- 3 - surgimento de um sindicalismo identificado essencialmente com a agricultura familiar, como é o caso, por exemplo, da Federação dos Agricultores Familiares (FETRAF) e;
- 4 - redescobrimto do espaço local, inicialmente o município, cuja importância é destacada por motivos diversos, tanto pelo projeto neoliberal como pelo projeto democratizante, devido a descentralização das políticas públicas e das esferas públicas de participação municipais criadas para controlar socialmente sua gestão e execução.

A agricultura familiar, por suas características intrínsecas, mostra-se muito mais vocacionada à geração de empregos e ocupações para o conjunto da população rural do que a agricultura patronal (ANJOS, 2004 - R. bras. Agrociência, v.10, n. 4, p. 503-509).

O surgimento do PRONAF marca um momento importante na história agrária brasileira e pela primeira vez o país contou com um programa comprometido com a agricultura familiar, que até o começo dos anos 1990, era conhecido como “pequenos produtores”. Segundo Anjos (2004) no início dos anos de 1990 a agricultura familiar era responsável por nada menos que 38% do valor bruto da produção agropecuária nacional e por 57,1% no âmbito da região sul do país.

Isso mostra claramente a força da agricultura familiar perante o agronegócio, com a capacidade que teve de influenciar políticas públicas, como demonstram a criação do PRONAF em 1996, e a implementação do Sistema de Previdência Social Rural em 1992, universalizando direitos sociais na Constituição Federal de 1988.

3.2.4 O Governo Lula: oportunidades abertas para o projeto democratizante e continuidades do projeto neoliberal. O CONDRAF e os conceitos de rural e de desenvolvimento rural: tentativa de aproximação

A partir de 2003 o projeto político democratizante tomou um novo direcionamento, pois se tratava de um sindicalista dos anos 1980, fundador e candidato histórico do PT, apoiado pelos movimentos sociais urbanos e rurais, ampliando o espaço democrático através de conferências e fortalecimento da sociedade civil organizada, principalmente dos conselhos.

Foi por meio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF) que aconteceram os primeiros esforços para avançar na redefinição do significado do conceito rural, como também da noção de desenvolvimento rural sustentável, tentando contribuir para o aprofundamento dos termos do projeto democratizante como

ocorreu na década de 1990, utilizando as oportunidades criadas, sem romper com o projeto neoliberal de FHC.

De acordo com Delgado (2009 p.32-35) a continuidade do Governo Lula com o projeto neoliberal, especialmente em relação à agricultura e ao meio rural, baseou-se nos seguintes elementos:

1- a manutenção, pelo menos em parte, do “ajustamento constrangido à globalização”, especialmente no primeiro governo, com uma política macroeconômica que manteve a relativa contenção dos gastos governamentais; a restrição da oferta monetária associada a elevadas taxas de juros (das mais altas do mundo); o monitoramento da taxa de câmbio, alternando desvalorizações e valorizações, com um olho na balança de pagamentos e outro na inflação; e a abertura da economia e o livre movimento de capitais.

2 - o agronegócio continuou indispensável na economia e na política brasileira, pois teve papel estratégico para o ajustamento da conta de transações correntes da balança de pagamentos, de modo que, não obstante as importantes mudanças ocorridas na política externa brasileira, o agronegócio continua determinando a agenda de negociações comerciais internacionais sobre a agricultura do Brasil.

3 - a força do agronegócio na economia, na política e no próprio governo brasileiro influenciou a decisão governamental de permitir o crescimento da produção de produtos transgênicos, principalmente da soja, mesmo com a intensa oposição de todos os movimentos sociais rurais, além de inúmeras ONGs.

4 - o aumento da produção de produtos agropecuários de exportação nos dois governos Lula e a liderança do agronegócio eliminaram, praticamente, a preocupação do governo com a mudança do padrão de modernização da agricultura, mesmo com sua política de redução das desigualdades no campo, principalmente, a inclusão de agricultores familiares no processo de modernização. Porém, essa situação se reflete negativamente, em particular,

nos agricultores familiares tecnificados, que em muitos casos usam produtos de exportação, e muitas das vezes, se endividam, devido os custos de produção elevados e com consideráveis problemas ambientais.

5 - o Governo Lula não priorizou a revitalização e o avanço da reforma agrária como um processo econômico, social e político indispensável para a transformação do modelo de modernização agrícola predominante no país. Esse modelo se aproxima do projeto neoliberal implantado na década de 1990. Mesmo com os esforços direcionados para o fortalecimento da agricultura familiar, o relativo descaso do governo com a reforma agrária parece seguir uma concepção separando as políticas destinadas à agricultura familiar da reforma agrária, aproximando da prática política do Governo FHC, acentuando a diferença e o isolamento desses dois componentes do projeto democratizante no meio rural.

Desde 2003, o Governo Lula criou oportunidades significantes para o aperfeiçoamento e a consolidação do projeto democratizante no meio rural. A seguir são enfatizadas algumas dessas oportunidades abertas:

1 - A vitória de Lula em 2003 representou um enorme estímulo para a mobilização da sociedade civil em torno da concepção de democracia participativa e para a criação de novos espaços públicos de participação em várias áreas, tais como: segurança alimentar e nutricional, cidades, meio ambiente, saúde, desenvolvimento rural sustentável e solidário, entre outros. E concretizou através da convocação de conferências municipais, estaduais e nacionais nas áreas citadas. Com essa nova concepção de democracia participativa, dificilmente os governos poderão, a partir de agora, simplesmente deixar de lado as políticas públicas direcionadas ao meio rural, tais como segurança alimentar e nutricional, meio ambiente e desenvolvimento rural sustentável, sem incorrer em custos políticos provavelmente consideráveis.

2 - A política social e de distribuição de renda do Governo Lula tem sido um dos pontos fortes que alimentam o projeto democratizante, tanto nas cidades como no campo. Enquanto, um conjunto de programas sociais, dentre os quais se destaca o Bolsa Família, melhorou as condições de vida das parcelas mais desprotegidas da população e, ao mesmo tempo, quando somados aos benefícios da previdência social rural e de outras políticas destinadas aos agricultores familiares, propiciou a vitalização de pequenas cidades e comunidades rurais no interior do Brasil, em especial no Nordeste, aumentando a renda, o emprego e o consumo de suas populações.

3 - O Governo Lula montou um aparato governamental mais consistente e abrangente de apoio à agricultura familiar e a outras populações e povos habitantes do meio rural, sendo o Ministério do Desenvolvimento Agrário o grande executor das questões e dos temas relativos ao fortalecimento e à consolidação da agricultura familiar no país, garantindo o acesso a políticas públicas e à reprodução econômica e social sustentável das diversas populações e povos existentes no meio rural.

Como enfatiza Delgado (2009) às políticas de desenvolvimento rural baseado na agricultura familiar seguiu o seguinte:

a) a revitalização, o aumento extraordinário da disponibilidade de recursos e a nacionalização do PRONAF foram pontos fortes dessas políticas. Embora os agricultores familiares mais tecnificados e integrados aos mercados tenham sido o público tradicional do programa desde sua criação. Portanto, a partir de 2003, houve uma elevação do acesso ao programa por parte de agricultores descapitalizados, em todas as regiões do país, destacando o esforço feito pela criação de linhas especiais de crédito para grupos de mais baixa renda (PRONAF B, microcrédito), PRONAF A para assentados, além dos PRONAFs: mulheres, jovens, agroindústria, agroecologia, agrofloresta, entre outros. Em muitas regiões do país, as cooperativas de crédito tiveram destaques importantes na viabilização do acesso ao crédito

pelos agricultores, e também o Banco do Nordeste do Brasil-BNB que desenvolveu o Agroamigo como uma metodologia particular de aplicação do PRONAF B na região Nordeste;

b) foi criado o plano safra para a agricultura familiar por iniciativa do CONSEA que representa uma tentativa de planejar anualmente o apoio à produção desse tipo de agricultura, orientando a articulação das diferentes ações governamentais a respeito de crédito, preços mínimos, garantia de aquisição, seguro agrícola, assistência técnica, entre outros.

c) foi construída uma política nacional de reestruturação do programa de assistência técnica e de extensão rural para os agricultores familiares, quilombolas, assentados, pescadores artesanais, povos indígenas, e outros públicos do MDA, tendo como alguns de seus pilares o desenvolvimento rural sustentável, a descentralização da atuação através de agências e organizações estatais e não estatais, a inclusão de enfoques de gênero, geração, raça e etnia em suas ações, e a adoção de metodologias participativas que valorizem a iniciativa dos beneficiários e a interação com seus conhecimentos e práticas produtivas da agropecuária;

d) e também foi criado pela CONAB, do MAPA, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que buscou complementar o PRONAF com uma perna que lhe faltava, a da comercialização e da aquisição dos produtos alimentares produzidos pelos agricultores familiares. Mesmo ainda restrito e com problemas operacionais, o PAA tem sido avaliado, inclusive pelos movimentos sociais, como um dos programas promissores a serem melhorados e ampliados em uma política de desenvolvimento rural baseado na agricultura familiar por atingir um ponto vulnerável da agricultura familiar: o da comercialização e da garantia de escoamento de seus produtos.

4 - outra oportunidade aberta foi a recriação do CONSEA pelo Governo Lula, depois de sua extinção pelo Governo FHC, após um curto período de vida durante o governo de

transição de Itamar Franco. Como enfatiza Delgado (2009) a meta do CONSEA na segurança alimentar e nutricional – SAN, sendo fundamental, pois combina e elabora alguns componentes essenciais para o modelo alternativo, como:

- a) relativiza as vantagens de uma agricultura voltada para a exportação;
- b) destaca o direito à alimentação de qualidade como um direito primário da população brasileira;
- c) defende a prioridade da produção interna de alimentos de qualidade, num volume compatível com o pleno acesso a esse direito, principalmente em um país das dimensões do Brasil, cuja segurança alimentar e nutricional nunca vai poder ser atendida de forma permanente e satisfatória através do comércio internacional;
- d) a produção doméstica é priorizada ademais porque incorpora a diversidade cultural existente no país e que se expressa através de diferentes padrões regionais de alimentação e de tipos de alimentos, o que se perderia com a homogeneização forçada imposta por grandes volumes de importações;
- e) como decorrência, o fortalecimento e a consolidação da agricultura familiar, bem como a melhoria da renda das populações urbanas e rurais, são objetivos centrais da política de SAN e;
- f) o tema da segurança alimentar e nutricional não é um tema setorial, mas multisetorial e multidimensional, exigindo, portanto um tratamento que contemple como exigência básica, a necessidade de articulação de políticas públicas de diferentes áreas e origens setoriais.

5- e por fim, a adoção pela SDT - Secretaria do Desenvolvimento Territorial, vinculada ao MDA - de uma política de desenvolvimento rural territorial que vem atender a uma demanda de representações de movimentos sociais, de ONGs, de intelectuais, e de

técnicos governamentais comprometidos com a concepção e formulação de estratégias de desenvolvimento para o meio rural, desde antes do Governo Lula.

A política de desenvolvimento territorial enquadra-se dentro do processo de democratização e de descentralização das políticas públicas para o mundo rural, na medida em que:

a) promove o surgimento de uma institucionalidade territorial na qual a presença de esferas públicas de participação de representantes do Estado e da sociedade civil nas decisões acerca do desenvolvimento rural territorial busca ser predominante e;

b) substitui o município pelo território como o espaço local de descentralização das políticas públicas, no qual a política territorial pode ser uma oportunidade para tentar viabilizar a confluência dos objetivos de desenvolvimento, democratização e descentralização na implementação das políticas para o mundo rural.

3.3 Agricultura Familiar

3.3.1 Definições

A agricultura familiar atualmente está em evidência, sendo complexo conceituá-la. Contudo, existem algumas generalidades de conceito que permitem dar atributos comuns, como define Marques e Noronha (1998):

- A gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são realizados por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento;
- A maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família;
- A propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertence à família e é em seu âmbito que se realiza sua transmissão em caso de falecimento dos responsáveis pela unidade produtiva.

3.3.2 Características e Classificações

A principal característica da agricultura familiar é que o agricultor, juntamente com a sua família, vive profissionalmente da atividade exercida no campo.

Segundo Ferraz, et al (2008) a agricultura familiar é baseada em três características principais: a gerência da propriedade rural que é realizada pela família; o trabalho que é desempenhado na sua maior parte pela família; e os fatores de produção pertencem à família (exceção, às vezes, a terra) que são passíveis de sucessão em caso de falecimento. Também na classificação das propriedades agrícolas, as dificuldades são muito grandes. Baseando-se numa gama de fatores, muitos autores têm divergido em algumas questões baseadas em critérios de avaliação ou de atributos das propriedades familiares.

De acordo com Ferraz, et al (2008) a classificação adotada pela FAO e pelo Inca (1996) é baseada na renda monetária bruta, levando em consideração apenas as receitas e despesas. Além disso, são identificados e caracterizados três tipos de segmento dentro da agricultura familiar: produção, renda e comercialização.

3.4 Conceitos e Definições do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)

3.4.1 O que é o PRONAF

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF é um programa do Governo Federal para apoiar o desenvolvimento rural sustentável e garantir segurança alimentar, fortalecendo a agricultura familiar, por meio de financiamentos aos agricultores, bem como as suas associações e cooperativas. O PRONAF foi criado em 1995 para atender, principalmente, o pequeno produtor rural de forma diferenciada, mediante apoio financeiro ao desenvolvimento de suas atividades agropecuárias e não agropecuárias, exploradas, exclusivamente, com a força do trabalho familiar.

De acordo com o MDA, o PRONAF financia projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. O programa possui as mais baixas taxas de juros dos financiamentos rurais, além das menores taxas de inadimplência entre os sistemas de crédito do País.

O acesso ao PRONAF inicia-se na discussão da família sobre a necessidade do crédito, seja ele para o custeio da safra ou atividade agroindustrial, seja para o investimento em máquinas, equipamentos ou infraestrutura. Contudo, o agricultor deve estar com o CPF regularizado e livre de dívidas. As condições de acesso ao “Crédito Pronaf”, formas de pagamento e taxas de juros correspondentes a cada linha são definidas, anualmente, a cada Plano Safra da Agricultura Familiar, divulgado entre os meses de junho e julho

3.4.2 Quem pode obter o financiamento do PRONAF

O produtor rural que apresente a DAP – Declaração de Aptidão ao Pronaf, atendendo as seguintes condições:

- Explore a terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro ou concessionário do Programa Nacional de Reforma Agrária;
- Resida na propriedade ou em local próximo;
- Tenha o trabalho familiar como base da exploração do estabelecimento;
- Tenha renda bruta agropecuária anual de até R\$ 110 mil;
- Não disponha, a qualquer título, de área superior a quatro módulos fiscais.

3.4.3 O que vem ser a DAP

De acordo com o manual do MDA (2007), a DAP é um documento que identifica os beneficiários do PRONAF e suas características, como por exemplo, condição do agricultor,

tais como: proprietário, parceiro, posseiro, quilombola, assentado etc. e tenha na área da propriedade, predominantemente o trabalho familiar e renda familiar.

A DAP é emitida para a “unidade familiar de produção”, prevalecendo para todos os membros da família que habitam a mesma residência e exploram as mesmas áreas. Sua apresentação é obrigatória para obtenção de financiamento. É fornecida gratuitamente por entidades credenciadas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, tais como: empresas de assistência técnica, Incra, Funai, sindicatos e associações de produtores rurais etc., e tem como objetivo principal identificar a qual grupo pertence o produtor rural de acordo com a renda anual da unidade familiar.

3.5 Evolução do PRONAF

Foi a partir de 1987 que surgiram as primeiras reivindicações por políticas públicas voltadas à agricultura familiar, tendo como resultado a proposta de uma lei específica que levasse em consideração a valorização das diversidades agrícolas. Segundo Pedron e Klein (2004) o Ministério da Agricultura e Abastecimento criou em 1994 o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP), cuja linha de crédito beneficiava os agricultores familiares. Foi também em 1994 que a FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação) e o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) propôs vários instrumentos de políticas para a agricultura familiar que serviu como base para o PRONAF, em 1995.

Em 1995 foi instituído o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) pela resolução do CMN (Conselho Monetário Nacional) – BACEN (Banco Central) nº. 2.191, de 24 de agosto de 1995, com as seguintes características: créditos para custeio e investimento para produtores rurais que apresentam a declaração de Aptidão ao Programa, com taxas de juros de 16% ao ano.

O Decreto nº. 1.946, de 28 de junho de 1996 criou definitivamente o Programa Nacional de fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), com a redução da taxa de juros para 12% ao ano e ampliação do limite de crédito individual e coletivo. Com isso ganhou forma e começou a ser aplicado com objetivo de estimular e fortalecer a agricultura familiar e os serviços de apoio ao seu desenvolvimento.

O PRONAF também é composto por diversas modalidades de crédito, tais como: crédito rural como custeio e investimento, infra-estrutura e serviços municipais e capacitação. A modalidade do crédito é direcionada para o apoio financeiro aos agricultores familiares e abrange diferentes linhas de crédito desde os custeios até os investimentos normais, como: microcrédito, crédito especial, investimento especial e crédito para as agroindústrias. A modalidade infra-estrutura e serviços são destinados para o melhoramento da rede de infra-estrutura dos municípios, por meio do financiamento de obras e serviços indispensáveis ao fortalecimento da agricultura familiar. Enquanto que o PRONAF capacitação tem como finalidade proporcionar novos conhecimentos e informações aos agricultores familiares e às suas organizações sobre métodos de produção e gestão das propriedades.

No ano de 1997 foram incluídos novos beneficiários ao PRONAF, tais como: seringueiros, extrativistas e pescadores artesanais. Além disso, houve uma redução da taxa de juros para 6,5% ao ano e implementadas novas linhas de crédito com objetivos de melhorar a infra-estrutura e os serviços comunitários rurais. E no ano seguinte houve outra redução da taxa de juros passando de 6,5% para 5,75% ao ano.

A maior mudança do PRONAF aconteceu em 1999 quando deixou de fazer parte do Ministério da Agricultura e Abastecimento e foi incorporado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), criado exclusivamente para fortalecer a agricultura familiar, os assentados da reforma agrária, extrativistas, ribeirinhos, quilombolas, indígenas, pescadores artesanais e aquicultores, seringueiros, povos da floresta, e outros públicos que

passaram a ser considerados beneficiários das políticas e dos programas do MDA. Nesse mesmo período foram classificados os beneficiários em grupos “A”, “B”, “C” e “D”, com finalidade de acesso aos créditos e a criação de crédito coletivo para pessoas jurídicas: destinado a associações, cooperativas e outras formas de agrupamento, possibilitando o financiamento de atividade não-agrícolas, como o turismo rural e o artesanato.

Para Fialho e Waquil (2004) o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) tem por missão “promover o desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio em benefício da sociedade brasileira”, enquanto que o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) tem como área de competência os seguintes assuntos relacionados à reforma agrária: promoção do desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares; identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos.

Ao ser criado, o MDA iniciou mudanças significativas rumo ao projeto democratizante, onde na safra 2000/2001 houve uma redução extraordinária da taxa de juros para 4% ao ano e criação de custeio especial para assentados da reforma agrária e para os beneficiários do Programa Fundiário. Nesse mesmo período foi elevado o limite de financiamento e o aumento do período de carência de até 05 anos para projetos destinados a investimentos.

Em 2003, houve a inclusão de novas linhas de créditos, como o PRONAF alimentos; semi-árido; mulher; jovem rural; pesca; florestal; agroecologia; pecuária familiar; e máquinas e equipamentos. Já, a linha de crédito específica para o turismo rural, surgiu em 1999, ano em que as atividades não-agrícolas passaram a ter espaço no programa (PEDRON E KLEIN, 2004, p. 96).

Como mostra Pedron e Klein, o turismo rural na agricultura familiar, também criou visibilidade e passou a ser compreendido como uma atividade turística que ocorre na unidade familiar, onde são realizadas atividades econômicas peculiares da agricultura familiar,

valorizando e respeitando o modo de vida, o patrimônio cultural e natural, oferecendo produtos e serviços de qualidade, como consequência o bem-estar das famílias envolvidas. Ainda na safra 2003/2004 foi criado o Pronaf Mulher, Pronaf Jovem, e aumentado outro grupo: Pronaf Grupo “E”.

Durante o Governo Lula foram implementadas outras medidas para assegurar a sustentabilidade socioeconômica dos agricultores familiares, tais como: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), onde garante a comercialização dos agricultores; o Programa Garantia Safra que tem com objetivo principal a garantia mínima de receitas caso tenha seca ou enchentes nas lavouras temporárias como feijão, milho e mandioca, específico para região Nordeste, Norte de Minas Gerais e Espírito Santo; foi criado o Seguro da Agricultura Família (SEAF), que beneficia os financiamentos de custeio do PRONAF e os contratos de investimentos; criado também, o Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF); e a Lei 11.947 de 2009, determina que 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) devem ser destinados à compra de produtos oriundos de agricultores familiares e empreendedores familiares rurais.

Contudo, a maior conquista dos agricultores familiares foi a criação da *Lei da Agricultura Familiar* nº. 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

Outro grande avanço foi criação do Pronaf Mais Alimentos em 2008, com objetivo de alavancar a produção de alimentos, tais como: milho, feijão, arroz, trigo, mandioca, olerícolas, frutas, leite, café, gado de corte, suinocultura, avicultura, caprinos e ovinos, foram contempladas mais atividades, como a apicultura e a aquicultura.

Em 2009 o MDA resumiu o enquadramento ao PRONAF em três grupos: Grupo A, estão os assentados da reforma agrária; Grupo B, agricultores familiares com baixa produção e pouco potencial de aumento da produção; e Grupo Variável, onde estão os agricultores com elevado potencial produtivo e economicamente estabilizado.

Para o Ministério de Desenvolvimento Agrário o Plano Safra da Agricultura Familiar 2009/2010 vem fortalecer e ampliar as políticas públicas do Governo Federal que beneficiará 4,1 milhões de unidades produtivas familiares em todo do Brasil. Os agricultores familiares respondem por 70% dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros e por 10% do Produto Interno Bruto (PIB) do país. Por isso, o MDA, terá à disposição dos agricultores familiares R\$ 15 bilhões, um aumento de 531% em relação aos R\$ 2,38 bilhões aplicados na safra 2002/2003. Esses recursos irão atender às linhas de custeio, investimento e comercialização do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

3.6 Microcrédito Rural (Pronaf Grupo B)

Criado em 1999 no âmbito do PRONAF para combater a pobreza rural, o Microcrédito Rural (também conhecido como Grupo B do Pronaf) é estratégico para os agricultores familiares pobres, pois valoriza o potencial produtivo deste público e permite estruturar e diversificar a unidade produtiva.

Para o MDA o microcrédito rural é direcionado para as famílias agricultoras, pescadoras, extrativistas, ribeirinhas, quilombolas e indígenas que desenvolvam atividades produtivas no meio rural. Elas devem ter renda bruta anual familiar de até R\$ 5 mil, sendo que até 70% da renda podem ser provenientes de outras atividades além daquelas desenvolvidas no estabelecimento rural.

A operacionalização do Microcrédito Rural é feita com recursos do Tesouro Nacional e dos Fundos Constitucionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Oferece bônus de adimplência sobre cada parcela da dívida paga até a data de seu vencimento.

O microcrédito rural do grupo PRONAF B, Segundo Ferraz, et al (2008), disponibiliza recursos de pequenos valores, para investimentos em atividades agrícolas e não agrícolas no meio rural. Assim, os agricultores podem adquirir pequenos animais, máquinas e equipamentos para fabricação de alimentos e artesanato, caixas de abelha, manutenção da propriedade e da própria família, dentre outros.

Sua criação foi idealizada como um novo modelo de desenvolvimento rural focado no atendimento da agricultura familiar, com ênfase no segmento das famílias rurais mais pobres que foram alvo de uma modalidade específica – o Pronaf B. (SILVA A., 2007, p.02).

Portanto, o propósito do microcrédito rural foi criado para garantir a inserção de um maior número de beneficiários, justamente os mais pobres, que apresentam precariedade no controle sobre os meios de produção, fragilidade de organização e extrema pobreza, que impediam o acesso ao crédito, principalmente na Região Nordeste.

3.6.1 Como acessar o Microcrédito Rural (Pronaf Grupo B)?

Para acessar o Microcrédito Rural, é preciso que a família possua: a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), que pode ser obtida, de forma gratuita, no sindicato dos trabalhadores rurais ou na Empresa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), a proposta simplificada de crédito, que pode ser obtida com ajuda do técnico da extensão rural ou do assessor de crédito e sua elaboração deve ser feita com a participação da família, o CPF regularizado. Todos esses documentos devem ser encaminhados ao agente financeiro (Banco do Nordeste, Banco do Brasil, Banco da Amazônia) para realização da contratação.

3.6.2 Pronaf Grupo “B” e o Público a ser considerado

Os agricultores enquadrados no PRONAF “B” se caracterizam por sua pequena renda auferida com a atividade rural agrícola ou não agrícola, sendo em sua maioria também beneficiados por programas sociais do Governo Federal, a exemplo do Bolsa Família. Contudo, fazem parte do grupo considerado da pobreza rural e precisam ser trabalhados de maneira diferenciada para que os pequenos investimentos a que têm direito de acessar, possam responder positivamente como renda adicional líquida.

Na safra de 2009/2010, de acordo com o MDA, o microcrédito rural do grupo PRONAF B foi ampliado para um teto de até R\$ 2.000,00 por operações com juros de 0,5% a.a. e bônus de adimplência de 25% ao quitar o crédito até a data do vencimento. Porém, o direito ao rebate é até R\$ 4.000,00, a partir desse valor o reembolso do crédito é integral mais juros. O Microcrédito Pronaf “B” pode ser reembolsado no prazo de até 2 anos, e estas operações são realizadas com risco integral da União ou dos Fundos Constitucionais.

Para acessar o microcrédito rural é preciso que as famílias possuam:

- a) DAP – Declaração de Aptidão ao Pronaf – que enquadra a família como público do Pronaf Grupo “B” e que pode ser obtida, de forma gratuita, nos Sindicado dos Trabalhadores Rurais ou nas instituições públicas de Assistência Técnica e Extensão Rural credenciadas no Ministério do Desenvolvimento Agrário;
- b) Proposta de crédito elaborado pela Empresa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural ou pelo Agroamigo do Banco do Nordeste;
- c) CPF regularizado.

Os documentos acima citados são encaminhados ao agente financeiro para realização da contratação, sendo que trabalham com o Pronaf Grupo B, os três bancos públicos federais oficiais: Banco do Nordeste, Banco do Brasil e Banco da Amazônia.

3.6.3 Programa Agroamigo

O Agroamigo é um programa do Banco do Nordeste iniciado em 2004 que visa agilizar a liberação do microcrédito Pronaf Grupo “B”, desde a proposta do agricultor na propriedade até a aplicação. Através do Agroamigo, o microcrédito rural Pronaf Grupo “B”, pode ser acessado pelas famílias por meio de assessores de crédito distribuídos em cada cidade que compõe a jurisdição do BNB. Os Técnicos do Agroamigo visitam os estabelecimentos, discutem com as famílias as propostas de financiamento, ajudam a planejar os pagamentos e esclarecem as dúvidas sobre o microcrédito rural, além de renegociar os débitos com os agricultores inadimplentes.

De acordo Ferraz, et al (2008), o Agroamigo iniciou em 2004, com os seguintes objetivos:

- a) Agilizar o processo de concessão do crédito, principalmente para as atividades produtivas exercidas pelos agricultores;
- b) Expandir de forma quantitativa e qualitativa o atendimento aos agricultores familiares, com redução de custos para o cliente;
- c) Proporcionar maior proximidade com os clientes de pequenos empreendimentos da área rural;
- d) Atender integralmente o cliente, buscando a identificação das necessidades de serviços financeiros e bancários.

O assessor de microcrédito do Agroamigo atua em consonância com os agricultores familiares, no qual analisa o potencial da região e a capacidade de pagamento das propostas de crédito do cliente. Portanto, o Agroamigo é o primeiro programa de microcrédito rural orientado no Brasil com finalidades de melhorar a situação econômica e social dos pequenos agricultores familiares da Região Nordeste, Norte de Minas Gerais e Espírito Santo.

3.6.4 Assistência Técnica e Extensão Rural no PRONAF B

Para a EMATER-RN, os agricultores quantificados nos projetos apoiados pelo MDA significam a universalização dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), e não apenas o acesso ao crédito. Logo, os agricultores a serem alvo da ação, são os que já estão relacionados como tendo “ATER” em curso e os novos a serem trabalhados desde a abordagem inicial, concessão de DAP, formalização de financiamentos e a consequente ATER de qualidade. O somatório dos dois grupos é que deve ser entendido para fazer parte do universo dos Pronafianos do Grupo “B” como alvo da ação de assistência técnica e extensão rural. O compromisso assumido pelo MDA é proporcionar uma “ATER” de qualidade para acompanhar a implementação do crédito seguindo o princípio da universalização.

Contudo, o objetivo maior do MDA é que os agricultores Pronafianos do Grupo “B” passem a ser considerados pela Assistência Técnica como o público prioritário. Portanto, foi a partir de 2007, que o MDA priorizou o PRONAF B, principalmente na região Nordeste, Norte de Minas Gerais e Espírito Santo, onde se propõe a universalização dos serviços de “ATER”.

A construção dos projetos elaborados pelas instituições oficiais de “ATER” para o PRONAF Grupo B contempla o apoio financeiro necessário para que os agricultores familiares tenham êxito na gestão, na potencialização do uso dos recursos e na tecnologia adotada. Segundo o manual do MDA (2007) os agricultores familiares do Grupo “B”, deverão ser fazer parte da estratégia de abordagem abaixo:

- Capacitação dos técnicos em convivência com o semi-árido;
- Dias de campo, excursões, intercâmbios, cursos etc.;
- Produtos e mercados diferenciados;
- Implantação de unidades demonstrativas;
- Agroecologia e produção orgânica;
- Atividades não agrícolas;

- Biodiesel;
- Agroindústria;
- Metodologia para o público do Garantia Safra;
- Unidades de Referência do garantia Safra;

As atividades e temas mencionados acima devem ser levados em consideração às oportunidades dos agricultores discutidas nos momentos presenciais com os grupos de interesse, criado pela “ATER” nas comunidades.

Portanto, os agricultores familiares que financiam suas atividades produtivas por meio do Microcrédito Rural têm acesso à assistência técnica no âmbito das parcerias celebradas entre a SAF/MDA e as instituições públicas e organizações não governamentais de extensão rural. O objetivo é assegurar a ampliação do atendimento desses agricultores de forma gratuita e em concordância com a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater).

Como enfatiza o MDA, a forma de atendimento é orientada pela SAF/MDA, por intermédio da divulgação de Portaria nº60 e de cursos de capacitação de técnicos da extensão rural. O objetivo é assegurar a oferta de assistência técnica a partir de três momentos presenciais entre os técnicos e os agricultores (diagnóstico, orientação e avaliação) e sensibilizar esses técnicos para que utilizem uma abordagem diferenciada no atendimento ao público do microcrédito rural, considerado sua realidade socioeconômica.

As políticas públicas direcionadas ao setor rural, principalmente o microcrédito rural (Pronaf Grupo B) dentre vários objetivos visa:

- Agilizar o processo de concessão do microcrédito rural;
- Expandir de forma quantitativa e qualitativa o atendimento aos agricultores familiares, principalmente aquelas famílias que são beneficiadas pelo Programa Bolsa Família;

- Proporcionar maior proximidade com os clientes de pequenos empreendimentos da área rural, seja agrícola ou não agrícola;
- Atender integralmente os Pronafianos B, buscando a identificação das necessidades de serviços financeiros e bancários.

A EMATER-RN, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Coronel Ezequiel-RN e o Agroamigo do BNB da Agência de Santa Cruz-RN atuam em conjunto no Município de Coronel Ezequiel-RN, buscando atender as famílias do Grupo B, levando em consideração as atividades produtivas exercidas pelos agricultores e as possibilidades dessas atividades gerarem rendas às famílias.

CAPÍTULO 4 - ASPECTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa levou em consideração as experiências concretas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) - especificamente o crédito agrícola dos beneficiários do grupo B - implementados no Município de Coronel Ezequiel-RN pela EMATER-RN e o Agroamigo do Banco do Nordeste.

A coleta de dados foi realizada através de experiências práticas vividas durante o estágio profissional entre os meses de agosto a novembro de 2009, juntamente com os agricultores familiares contemplados pelo microcrédito rural (Pronaf Grupo B) nas principais comunidades rurais do Município de Coronel Ezequiel-RN. As coletas foram quantitativas e qualitativas abrangendo dados fornecidos pelos agricultores familiares e pelo Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Norte - EMATER-RN. Os dados foram coletados através de entrevistas com os agricultores familiares que adquiriram o microcrédito PRONAF “B” do Banco do Nordeste nas diversas áreas geográficas do Município de Coronel Ezequiel-RN. Além disso, foi pesquisado o nível de inadimplência junto ao Banco do Nordeste e estudado a legislação e normas referente ao PRONAF.

Foi realizada uma pesquisa de caráter exploratório, descritivo, qualitativo e quantitativo, constituída de uma revisão bibliográfica sobre o tema em questão e de uma pesquisa de campo. A pesquisa de campo foi realizada entre agosto a novembro de 2009 no Município de Coronel Ezequiel-RN e envolveu 30 questionários estruturados aplicados junto aos agricultores beneficiado pelo microcrédito rural (Pronaf Grupo B).

Foram aplicados questionários com agricultores familiares sorteados que haviam firmado contratos junto ao Banco do Nordeste nas principais comunidades rurais do Município de Coronel Ezequiel-RN, considerando a distribuição desses agricultores no município. Os agricultores familiares entrevistados foram baseados nas operações de créditos fornecidas pelo Banco do Nordeste do Brasil - BNB, da jurisdição Santa Cruz-RN, que atua

no Município de Coronel Ezequiel-RN, e também consulta das DAPs homologadas na página eletrônica do PRONAF, junto à Secretaria de Agricultura Familiar - SAF do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Além dos dados oficiais, foram realizado debates junto a Secretaria Municipal de Agricultura de Coronel Ezequiel, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Coronel Ezequiel-RN, Associações de Agricultores e os próprios agricultores familiares para diagnosticar as atividades mais promissoras. Levando em consideração a utilização e o impacto do microcrédito rural (Pronaf Grupo B) na renda dos agricultores familiares, identificando as atividades exercidas, o incremento nas atividades decorrentes e avaliando os impactos nas rendas.

Para detectar os impactos e as limitações do microcrédito PRONAF grupo B nas comunidades rurais do Município de Coronel Ezequiel-RN foi elaborado um questionário de entrevistas com os seguintes dados:

- Dados pessoais: nome do produtor, área da propriedade e condição de posse;
- Dados econômicos e sociais: descrição econômica das famílias e as atividades agropecuárias exploradas;
- Finalidades do crédito e seus impactos e;
- Limitações do PRONAF B.

Foram sorteados aleatoriamente agricultores que obtiveram o crédito entre os anos de 2004 a 2007 enquadrado como agricultores familiares que obtiveram o PRONAF B durante esse período. A partir de uma listagem fornecida pelo Banco do Nordeste e das DAPs homologadas no “sítio” do Ministério do Desenvolvimento Agrário foram aleatoriamente sorteados os agricultores PRONAFIANOS que haviam firmado contratos junto aos agentes financeiros no município de Coronel Ezequiel-RN, levando em consideração os fatores sócioeconômicos.

Para desenvolver a pesquisa de campo foram utilizadas as informações oficiais do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) desde o ano de 2004 referente ao PRONAF Grupo B. Os agricultores pesquisados e que foram beneficiados pelo microcrédito possuem DAP homologada no MDA com renda bruta anual de até 5.000,00 reais. Segundo as informações cedidas pelo Banco do Nordeste (2009), o programa recebeu três conceitos nos últimos anos, como mostra a tabela 01 e 02, que foram: PRONAF B (STN), PRONAF - B (STN 2ª ETAPA) e PRONAF B (FNE), totalizando 1.003 (Hum mil e três) operações, com valor total de R\$ 1.105.157,82 (Hum milhão cento e cinco mil, cento e cinquenta e sete reais e oitenta e dois centavos) de contratos até julho de 2009.

Foram estudadas as operações de créditos realizadas pela Unidade Local de Assistência Técnica e Extensão Rural de Coronel Ezequiel-RN (EMATER-RN) e Também pelo Programa Agroamigo do Banco do Nordeste. Segue abaixo as tabela 01 e 02 que mostra a situação do microcrédito que foi pesquisado no Município de Coronel Ezequiel-RN.

Tabela 01. Total do microcrédito rural (Pronaf Grupo B) em Coronel Ezequiel-RN desde o ano de 2004

Programa	Total de operações	Valor contratado – R\$
Pronaf – B (FNE)	790	906.868,52
Pronaf – B (STN)	66	15.000,00
Pronaf – B (STN 2ª Etapa)	147	183.289,30

Fonte: Banco do Nordeste – Agência Santa Cruz-RN – 19 de agosto de 2009

Tabela 02. Valores atualizados em agosto de 2009

Programa	Total de operações	Valor contratado R\$	Inadimplência %
Pronaf – B (FNE)	339	407.515,93	11,45
Pronaf – B (STN)	01	500,00	100,00
Pronaf – B (STN 2ª Etapa)	63	86.790,47	63,10

Fonte: Banco do Nordeste – Agência Santa Cruz-RN – 19 de agosto de 2009

No mês de agosto de 2009 a inadimplência dos beneficiários do PRONAF grupo B que adquiriram o microcrédito Pronaf – B (FNE) na agência do Banco do Nordeste de Santa Cruz-RN foi de 11,45%, depois de uma vasta campanha de renegociação por parte do Banco do Nordeste. Entretanto, o BNB permitiu apenas 5% de inadimplência no município que atua e atingindo 15% corre o risco do microcrédito ser cancelado provisoriamente.

CAPÍTULO 5 - APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

5.1 Características gerais do Município de Coronel Ezequiel-RN

5.1.1 Resenha Histórica

Numa localidade chamada Melão, no século XVIII, José Joaquim da Silva estalou uma fazenda destinada à criação de gado.

Em 1856, a grande peste conhecida como cólera-morbo, começava assolar a região e após 5 anos de sofrimento moradores da localidade Melão ergueram uma capela em homenagem a Nossa Senhora do Amparo na esperança de dias melhores. O desenvolvimento começava a dar seus primeiros sinais, onde surgiram armazéns para guardar a produção de algodão, a casa de mercado e várias casas nas redondezas. Em 1925 já existia o alinhamento de três ruas.

O povoado de Melão foi elevado à categoria de distrito de Santa Cruz no ano de 1938, passando a ser chamado de Jericó, porém 5 anos depois o distrito voltou ao seu nome inicial, Melão. Em 11 de dezembro de 1953, através da Lei nº. 1.029, o distrito de Melão foi desmembrado de Santa Cruz, tornando-se município com o nome de Coronel Ezequiel, pertencente ao Estado do Rio Grande do Norte. O novo nome do município deve-se a uma justa homenagem ao Coronel Ezequiel, paraibano, filho do Município de Araruna - PB.

5.1.2 Dados agropecuários do ano de 2002

Como mostra as tabelas 03 e 04, a produção agropecuária do Município de Coronel Ezequiel-RN, em 2002, baseava-se na exploração de lavouras temporárias, permanentes e também rebanho pecuário. Em relação às lavouras temporárias desta-se a produção de milho e feijão, já em relação às lavouras permanentes o destaque foi para a castanha de caju e em relação ao rebanho pecuário, o destaque foi para a bovinocultura, ovinocultura e a avicultura.

Tabela 03. Produtos Agrícolas no Município de Coronel Ezequiel-RN em 2002

Produto	Área Colhida (ha)	Produção (T)	Valor da Produção (x1.000 R\$)	Ranking RN /Produção
Feijão (em grão) (Tonelada)	700	346	329	30
Mandioca (Tonelada)	80	640	29	56
Milho (em grão) (Tonelada)	600	300	90	73
Banana	5	5	8	57
Castanha de caju	300	300	64	41
Manga	6	6	3	65

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal (2002).

Tabela 04. Efetivo do Rebanho no Município de Coronel Ezequiel-RN em 2002

Rebanho	Número de Cabeças	Ranking do RN	Percentual do RN
Bovino	3.095	96	0,37
Suíno	797	61	0,56
Equíno	104	115	0,26
Asinino	857	15	1,35
Muar	245	23	1,16
Ovino	1.282	89	0,30
Galinhas	3.161	71	0,14
Galos, Frangas, Frangos e Pintos	4.603	87	0,20
Caprinos	1.114	67	0,30

Fonte: IBGE, Pesquisa Pecuária Municipal (2002).

5.1.3 Dados geográficos

Os dados geográficos foram cedidos pela Unidade Local de Assistência Técnica e Extensão Rural: EMATER-RN (janeiro de 2005).

- **Limites:**

Norte – Campo Redondo

Sul - Jaçanã

Leste – São Bento do Trairi

Oeste – Estado da Paraíba

- **Área geográfica:** 202,9 km², equivalente a 0,387 % da superfície estadual.
- **Latitude:** 6° 22' 57" Sul
- **Longitude:** 36° 12' 53" Oeste
- **Altitude:** 584 m (sede do município)
- **Distância (km):**
 - À sede Regional (Santa Cruz): 32 km
 - Em relação a Natal: 141 km
- **Acidentes Geográficos Relevantes:** o município de Coronel Ezequiel está situada em uma altitude que varia entre 400 a 700 metros, o que caracteriza um micro-clima favorável à exploração da fruticultura e do turismo rural, com destaque a Serra do Gurjaú, Serra de Santo Onofre e a Serra de Santa Quitéria.
- **Cobertura Vegetal:** Caatinga Hipoxerófila, vegetação de clima semiárido, apresenta arbustos e árvores com espinhos e de aspecto menos agressivo do que a Caatinga Hiperxerófila. Entre outras espécies destacam-se a catingueira, angico, juazeiro, baraúna, marmeleiro, mandacaru, umbuzeiro, aroeira, jurema, trapiá, mororó etc.
- **Umidade Relativa do Ar:** 74%
- **Temperatura média:**

- Inverno: 18,0 ° C

- Verão: 33,0° C

- **Pluviosidade Média Anual:** 580 milímetros (variando entre 400 mm nas regiões de baixa altitude a mais de 1.000 mm nas regiões serranas)

- **Solos:**

- **Solos Litólicos Eutróficos:** fertilidade natural alta, textura arenosa e/ou média, fase pedregosa e rochosa, relevo ondulado, bem acentuadamente drenado, rasos e muito erodidos.

- **Aptidão Agrícola:** a maior parte da área apresenta potencial para pastagem plantadas e aptas para culturas especiais de ciclo longo, tais como: sisal, caju e coco. E pequena área com aptidão regular para pastagem natural e terras indicadas para a preservação da flora e da fauna.

- **Recursos Hídricos:** Disponibilidade e Aproveitamento (Hidrogeologia):

- **Aquífero Cristalino:** engloba todas as rochas cristalinas, onde o armazenamento de água subterrânea somente se torna possível quando a geologia local apresenta fraturas associadas a uma cobertura de solos residuais significativa. Os poços perfurados apresentam uma vazão média baixa de 3,05m³ /h e uma profundidade média de 60 metros, com água comumente apresentado alto teor salino de 480 a 1.400 mg/l com restrições para consumo humano e uso agrícola.

- **Aquífera Aluvião:** apresenta-se disperso, sendo constituído pelos sedimentos depositados nos leitos e terraços dos rios e riachos de maior porte. Estes depósitos caracterizam-se pela alta permeabilidade, boas condições de realimentação e uma profundidade média em torno de 7 metros. Além disso, a qualidade da água geralmente é boa e pouco explorada.

- **Hidrologia:** o município de Coronel Ezequiel-RN encontra-se com 100 do seu território inserido na Bacia Hidrográfica do Rio Trairi. Os principais riachos são: Das Almas, Córrego Ferreirão, Córrego Carrapateira. E tem um açude com capacidade de acumulação superior a 100.000 m³, o açude Barro Branco, pertencente ao DNOCS-Departamento Nacional de Obras Contra a Seca.

5.2 Principais comunidades rurais pesquisadas

As comunidades pesquisadas foram divididas levando em consideração clima, relevo e potencial agrícola e pecuário.

Por ser uma região serrana, as comunidades do Gurjaú, Tronco, Santa Quitéria e Santo Onofre, apresentam um enorme potencial para a fruticultura, criação de abelhas (apicultura) e para o turismo. Além disso, o Ministério do Desenvolvimento Agrário em parceria com a EMATER-RN e Prefeitura Municipal de Coronel Ezequiel-RN inauguraram uma Unidade de Beneficiamento de Polpa de Frutas, gerando mais renda para os agricultores familiares.

Os agricultores familiares que exercem suas atividades nas comunidades do Melão e das Antas são privilegiados, pois estão mais perto da cidade, facilitando o escoamento da produção com menos custos com transportes. Essas comunidades apresentam potencial para a exploração de pequenos animais como a avicultura, suinocultura, ovinocaprinocultura, e também, a exploração de hortaliças.

As comunidades do Riacho Fechado, das Tabuas de Cima, do Meio e de Baixo, e do São Francisco é uma região muito ondulada e com rios temporários, o que favorece a construção de açudes. Nessas bacias hidrográficas já existe um açude construído pelo DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra a Seca, que inclusive a Prefeitura Municipal de Coronel Ezequiel-RN está com um projeto pioneiro a nível de região de criação de peixe em tanque rede. Esse projeto vai gerar mais rendas aos agricultores que estão envolvidos

diretamente na produção do peixe. A região tem mais potencial para açude, principalmente a comunidade Riacho Fechado. Além da piscicultura, as comunidades mencionadas também têm potencial para a avicultura, suinocultura e ovinocaprinocultura.

As comunidades da Cachoeira, Santa Catarina e Santo Antônio apresentam grande contraste, pois é a região do município que tem a maior concentração de propriedades. Sendo que a maioria dos agricultores trabalha em regime de comodato durante o inverno, precisando se deslocar a Natal durante a estiagem para trabalhar na construção civil. O potencial dessa região é a bovinocultura mista, ovinocaprinocultura, hortaliças e a criação de abelhas (apicultura).

5.3 Resultados e Discussões do Microcrédito Rural (Pronaf Grupo B) implementados no Município de Coronel Ezequiel-RN

A aplicação dos questionários foi efetuada nos meses de agosto a novembro de 2009 diretamente com os Pronafianos do Grupo B. Sendo que alguns questionários foram aplicados nas próprias residências, porém a maioria aplicados em reuniões nas comunidades rurais durante as reuniões técnicas com representantes do Banco do Nordeste, especificamente o Agroamigo, representantes do Sindicato dos trabalhadores Rurais do Município de Coronel Ezequiel-RN, com os Extensionistas Rurais da EMATER-RN, com membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e com representantes da Secretaria Municipal de Agricultura do Município de Coronel Ezequiel.

5.3.1 Situação das propriedades exploradas pelos agricultores familiares

A pesquisa mostrou a condição de posse e de uso das propriedades rurais dos agricultores familiares beneficiados pelo microcrédito rural (Pronaf Grupo B). Como mostra a tabela 05, 50 % dos Pronafianos B pesquisados não têm propriedade própria, dificultando a

expansão das atividades exploradas, principalmente àquelas que necessitam de infraestrutura, como cercas, cercados, poços etc. Por outro lado, a metade dos agricultores que tem a posse da terra ou são proprietários concentra 72,86% da área, somando 63,9 hectares, uma média de 4,26 hectares por família. Portanto, a situação desses agricultores é bem melhor do que os agricultores que trabalham em regime de parceria, comodato e arrendamento, pois a percentagem dos agricultores pesquisados que não possuem terras próprias é de 27,14%, equivalendo a 23,8 hectares, uma média de 1,58 hectares por família.

Em algumas comunidades uma área de 1,58 ha, é suficiente apenas para a exploração de lavouras temporárias como feijão e milho. Enquanto que as terras situadas nas comunidades serranas, podem-se cultivar lavouras permanentes como cajueiro e maracujazeiro.

Mesmo com uma área média de 4,26 ha, os agricultores que são proprietários não conseguem financiamento para infraestrutura, pois, dependendo da atividade, não apresenta capacidade de pagamento ou suporte forrageiro. Contudo, essa mesma área nas comunidades situadas nas serras, apresenta capacidade de pagamento, principalmente para a cultura do maracujazeiro.

Tabela 05. Estrutura Fundiária dos agricultores familiares pesquisados do PRONAF B

Condição de uso	Quant.	%	Área (ha)	%
Proprietário	12	40,00	50,40	57,47
Parceria	12	40,00	20,30	23,15
Posseiro	03	10,00	13,50	15,39
Comodato	02	6,67	1,50	1,71
Arrendatário	01	3,33	2,00	2,28
Total	30	100	87,7	100

Fonte: Fonte: Pesquisa de campo com 30 questionários (agosto a novembro de 2009)

A situação dos beneficiários do Grupo “B” pesquisados foi: 40,00 % parceria com pai ou irmão, 40 % própria, 10 % posseiro, 3,33 % arrendatário, e 6,67 % comodato. Além disso, a maioria das propriedades não ultrapassa quatro hectares, o que é pouco para a região semiárida, sendo insuficiente à exploração de animais, restando à opção para lavouras de subsistência. A pesquisa mostrou também que 24,97 % das propriedades exploradas estão entre 0,50 a 2,00 hectares, em um total de 17 agricultores; 30,56 % das propriedades exploradas estão entre 2,1 a 4,00 hectares, em um total de 09 agricultores; e 44,46 % das propriedades acima de 4,00 hectares, em um total de 04 agricultores. A percentagem dos agricultores que exercem suas atividades numa área acima de 4,00 hectares, não quer dizer que estão melhores do que os demais, pois ainda é pouco considerando as atividades exploradas.

Com base nas tabelas 06 e 07, a principal atividade desenvolvida nos estabelecimentos familiares do município de Coronel Ezequiel-RN, é a bovinocultura, onde 27 agricultores confirmaram que exploram esta atividade em seu estabelecimento, seguidos pelo cultivo de feijão e milho. Muitos agricultores têm o boi como uma forma de poupança e não buscam diversificar com outras atividades agrícolas e pecuárias. Já nas regiões serranas do Município de Coronel Ezequiel-RN, além do feijão, milho e fava, os agricultores pronafricanos do grupo “B” diversificam suas atividades com mandioca, macaxeira, além de explorar a fruticultura, como maracujazeiro, cajueiro, goiaba, acerola, graviola, entre outras. Portanto, a cultura do maracujazeiro apresentou na pesquisa como a mais rentável e, sendo irrigado produz em qualquer época do ano. Enquanto que, a colheita da castanha de caju acontece entre os meses de novembro a janeiro.

De acordo com os Extensionistas Rurais da EMATER-RN (2000) o maracujazeiro é viável em todo território do Município de Coronel Ezequiel-RN, por apresentar clima e solos favoráveis a esta atividade. Embora a pesquisa constatou que a maioria dos beneficiários do

PRONAF Grupo “B” prefere investir o microcrédito na pecuária, principalmente bovinocultura de corte, sem analisar os impactos dessa atividade em suas rendas.

Tabela 06. Atividades pecuárias desenvolvidas nos estabelecimentos rurais

Atividades Pecuárias	Nº. de agricultores
Bovinocultura	27
Avicultura	13
Suinocultura	9
Ovinocultura	5
Caprinocultura	1

Fonte: Pesquisa de campo com 30 questionários (agosto a novembro de 2009)

Tabela 07. Atividades agrícolas desenvolvidas nos estabelecimentos rurais

Atividades Agrícolas	Nº. de agricultores
Castanha de caju	6
Coentro	1
Fava	12
Feijão	29
Jerimum	1
Macaxeira	1
Mandioca	3
Maracujá	7
Milho	30

Fonte: Pesquisa de campo com 30 questionários (agosto a novembro de 2009)

A produção de grãos, como feijão e milho, da tabela 07, representa a principal atividade agrícola dos agricultores, sendo destinada totalmente à subsistência. Portanto, é insuficiente para a manutenção das famílias pesquisadas. A maioria dos Pronafianos B pesquisados produz alimentos para sua subsistência, poucos se preocupam em executar atividades mais rentáveis, como mostra a tabela 06 e 07, no qual 07 (sete) exploram o maracujazeiro e 06 (seis) exploram a ovinocaprinocultura. Essas atividades apresentam altos índices de rentabilidade e um mercado consumidor amplo, principalmente uma demanda crescente pela carne de cordeiro.

Os agricultores beneficiados pelo microcrédito rural (Pronaf Grupo B) afirmaram que sobrevive do programa bolsa família. Para esses agricultores, tabela 09, que apresentou uma percentagem alta em um total de 66,67% , afirmaram que é a principal fonte de renda. Diferentemente da agricultura, onde tem renda apenas no inverno e quando o ano é chuvoso. Mesmo assim a área é tão pequena, conseqüentemente a colheita é insuficiente para sobreviver. O restante pesquisado 33,33% sobrevive da aposentadoria rural, do extrativismo e da fruticultura. Outra fonte de complementação da renda, como mostra a tabela 08, é exploração de outras atividades como carvoeiro, trocador e vaqueiro.

Tabela 08. Atividades não-agrícolas desenvolvidas fora dos estabelecimentos rurais

Outras atividades	Quantidades
Carvoeiro	6
Trocador	2
Vaqueiro	1

Fonte: Pesquisa de campo com 30 questionários (agosto a novembro de 2009)

Tabela 09. Principal fonte de sobrevivência dos agricultores pesquisados

Origem dos recursos	Nº. de agricultores	%
Programa Bolsa Família	20	66,67
Aposentadoria Rural	03	10,00
Fruticultura	05	16,66
Extrativista	02	6,67
Total	30	100

Fonte: Pesquisa de campo com 30 questionários (agosto a novembro de 2009).

.A exploração pecuária, principalmente a bovinocultura, que mais recebeu investimento do microcrédito rural, não foi bem planejada pela família, adquirindo animais considerados como SRD (Sem Raça Definida), e não recebeu incentivos para melhoramento genético, conseqüentemente apresentando baixo padrão genético. Como consequência, principal, a inviabilidade do resultado final do microcrédito, sendo suficiente apenas para quitar a dívida junto ao Banco do Nordeste.

Foi constatado que na comunidade do Gurjaú, inaugurou-se um empreendimento de elevada importância para o desenvolvimento econômico do município, uma agroindústria de polpa de frutas, construída com recursos do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Através desta agroindústria, as atividades de fruticultura do Município de Coronel Ezequiel-RN, serão mais viável e conseqüentemente, vai gerar mais renda aos agricultores familiares.

5.3.2 Finalidades do Microcrédito Rural (Pronaf Grupo B)

A pesquisa mostrou que a maioria esmagadora dos beneficiários do PRONAF “B” adquiriu o microcrédito para atividade pecuária, sendo a maioria para bovinocultura como mostra a tabela 10. Importante ressaltar que a proposta para bovinocultura impede a expansão

da atividade, devido o agricultor familiar não optar por vaca que tem a possibilidades de reprodução.

Poucos agricultores acessaram o microcrédito para outros fins, como a cultura do maracujazeiro, confecções, artesanato e a ovinocaprinocultura. O microcrédito para atividades não-agrícolas é permitido desde que o empreendimento seja realizado na zona rural e para acessar é imprescindível que a família tenha a atividade agrícola como principal ocupação.

O PRONAF é uma política pública de grande importância para a inclusão social, e como afirma Anjos et al. (2004 - Revista Brasileira de Agrociência p. 504) o PRONAF pode servir como instrumento em prol da emancipação e redução das desigualdades, ou, ao contrário, atua como elemento que reforça as diferenças socioculturais. Baseado em Anjos et al (2004), pode-se afirmar que os agricultores familiares do município de Coronel Ezequiel-RN não souberam investir o microcrédito do PRONAF “B” em atividades que viessem trazer emancipação, independência e, principalmente, a redução da pobreza rural. Percebe-se a concentração do microcrédito na atividade pecuária, principalmente bovinocultura de corte, em um município com potencial para fruticultura e ovinocaprinocultura.

Tabela 10. Finalidade do microcrédito rural (Pronaf Grupo B) no Município de Coronel Ezequiel-RN entre os anos de 2004 a 2007

Finalidades	N ° de operações	Quantidade de Agricultores	Valor - R\$
Artesanato de cerâmica	2	1	2.000,00
Vaca	3	2	4.000,00
Vaca / Garrote	6	2	7.000,00
Vaca / confecções	2	1	2.500,00
Vaca / novilho / cabras	2	1	2.000,00
Vaca / garrote / novilha	2	1	3.000,00
Vaca / garrote / ovelhas	3	1	3.450,00
Vaca / maracujá	6	2	8.000,00
Maracujá / garrote	2	1	2.500,00
Maracujá / forrageira	2	1	3.000,00
Maracujá	9	5	10.500,00
Ovelhas /carneiros	1	1	1.000,00
Novilho	1	1	1.500,00
Novilho / boi de serviço	2	1	2.500,00
Novilha / garrote	3	2	3.500,00
Novilho / garrote	3	1	3.200,00
Garrote	7	6	7.500,00
TOTAL	56	30	67.150,00

Fonte: Banco do Nordeste – Agência Santa Cruz-RN (19 de agosto de 2009)

5.3.3 Impactos e limitações do microcrédito (PRONAF “B”)

Durante a pesquisa os agricultores familiares tiveram dificuldades em quantificar as conquistas com o microcrédito rural (Pronaf Grupo B), apenas afirmaram que é bom, mas não tiveram mudanças significativas em sua qualidade de vida. Afirmaram, também, que sem o crédito seria muito mais difícil investir em suas atividades por que é através do financiamento do PRONAF que ainda se tem uma esperança, principalmente, por ser um crédito rápido e com direito a um bônus de 25% da dívida. Além disso, apresenta juros de 0,5 % ao ano, muitas vezes abaixo da inflação, quando efetuado o reembolso antes do vencimento.

Mesmo sem grandes impactos os agricultores familiares vêem o microcrédito rural como uma alternativa imprescindível para a atividade agropecuária que exercem, porém o que muitos afirmaram é que sendo investido corretamente se tem bons resultados. Para a maioria dos beneficiários do PRONAF B, o microcrédito proporcionou a oportunidade de acessar um crédito pela primeira vez. E com um grande diferencial, pois foi direcionado às atividades que os agricultores mais se identificam: a bovinocultura.

A pesquisa revelou como mostra a tabela 11, que 70 % dos agricultores aplicaram corretamente o microcrédito. No que diz respeito à finalidade do microcrédito a maioria afirmaram ter adquirido para comprar animais, sendo a opção esmagadora pela bovinocultura, geralmente garrotes. E a minoria, como mostra a tabela 10 utilizaram para atividades agrícolas, especificamente para a cultura do maracujazeiro.

Tabela 11. Aplicação do microcrédito

Conforme o programado com a assistência técnica?		
Sim	21	70 %
Não	9	30 %
Total	30	100 %

Fonte: Pesquisa de campo com 30 questionários (agosto a novembro de 2009)

Como mostra a tabela 11, os agricultores familiares utilizaram de fato o microcrédito disponibilizado pelo PRONAF B, ou seja, investiram o crédito realmente na atividade inicialmente planejada junto ao “Agroamigo” e a “EMATER-RN”. A minoria 30 % desviou o crédito para quitar dívidas no comércio. Embora que, a maioria dos agricultores que investiram corretamente o crédito, após alguns meses se desfez dos animais para quitar o crédito perante o Banco do Nordeste, além de usar para complementar o pagamento das contas no comércio local.

Os agricultores familiares beneficiários do microcrédito rural (Pronaf Grupo B) mencionaram algumas conquistas significantes. No entanto, a maioria 43,33 % não teve conquistas, pois o crédito ajudou a pagar o crédito no Banco do Nordeste e pagar dívidas no comércio local, sem impactos positivo em sua qualidade de vida. Apenas 16,67 % melhoraram a produção em virtude do microcrédito, passando a tirar o sustento da família do próprio negócio, principalmente os agricultores que investiram na cultura do maracujazeiro, sem se desfazer de seus bens para quitar o financiamento junto ao Banco do Nordeste.

Já os agricultores que afirmaram terem reformado a casa e comprado moto com o crédito, como mostra a tabela 12, foi de 16,67 %. E aqueles que venderam todos os animais, quitaram no banco seu financiamento e comprou um pedaço de terra não ultrapassou 10% e se sentem felizes por ter conseguido o primeiro pedaço de terra. Segundo os agricultores que adquiriram um pedaço de terra, afirmaram que os próximos créditos terão mais retornos, pois estarão investindo nas suas próprias terras.

Tabela 12. Impactos do microcrédito na vida dos agricultores familiares do Município de Coronel Ezequiel-RN

Conquista	Quantidades	%
Reformou a casa	03	10,00
Comprou moto	02	06,67
Não teve conquista, apenas ajudou a pagar contas	13	43,33
Comprou um pedaço de terra	03	10,00
Melhorou a produção	05	16,67
Não soube responder	04	13,33
Total	30	100,00

Fonte: Pesquisa de campo com 30 questionários (agosto a novembro de 2009)

Os agricultores que não tiveram grandes conquistas, ver tabela 12, totalizando 43,33%, afirmaram que o insucesso foi por causa do desvio do microcrédito, pois não investiram corretamente, precisando vender animais que tinha antes do crédito para pagar a dívida junto ao Banco do Nordeste. Apenas 13,33 % não souberam dimensionar os impactos na suas vidas, apenas afirmaram que o PRONAF B é bom. Poucos agricultores tiveram sucesso nas atividades financiadas, apenas 16,67% afirmaram que melhorou a produção, conseqüentemente sua qualidade de vida. Para alguns entrevistados, ter acesso ao crédito já é uma grande conquista, devido os agricultores familiares terem a oportunidade de investirem em suas atividades.

Percebe-se que durante a implementação da política pública de crédito, um fator preocupante é a falta de assistência técnica e social continuada, principalmente no que diz respeito a ausência de capacitação, orientação e/ou treinamento em educação financeira.

Todavia, o microcrédito rural (Pronaf Grupo B) não está provocando efeitos determinantes na melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares. Por causa da ausência de impactos positivos, acredita-se que os atores sociais que atuam no meio rural do Município de Coronel Ezequiel-RN, deverão adotar meios para melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares e sua realidade socioeconômica.

A falta de acompanhamento permanente na implementação do PRONAF “B”, principalmente em relação a capacitação em gestão, orientação técnica e treinamento em educação financeira, tem como consequência o desvio da finalidade do crédito. E a maioria dos agricultores confirmou que adquiriram animais com baixo potencial genético e sem analisar a procedência, o que inviabiliza a expansão da atividade. Além disso, a maioria confirmou que adquiriram um animal de baixa qualidade para poder quitar dívidas no comércio local. Alguns afirmaram que adquiriram dois animais fracos pelo valor de um bom que estava na proposta para engordar e com a venda de um animal quitar a dívida no Banco do Nordeste. Na maioria dos casos essa estratégia não teve êxito, pois no momento do abate o animal não apresentava uma boa carcaça, recebendo um valor abaixo do mercado. Já em relação a cultura do maracujá as mudas adquiridas são produzidas por agricultores do próprio município, evitando, com isso, a circulação de pragas e doenças prejudiciais ao desenvolvimento das plantas.

É lamentável o microcrédito ser usado na aquisição de bovinos para corte, deixando de investir em matrizes para reprodução, condição indispensável para ampliar o rebanho e, conseqüentemente, quitar a dívida junto ao agência financeira sem desfazer dos animais financiados.

Os agricultores confirmaram que aplicaram o microcrédito rural na atividade que pretendia executar, porém, antes dos seis meses vende ou troca os animais financiados para aplicar em outra atividade. Segundo alguns agricultores o importante é pagar ao banco, e

vende ou troca os animais para movimentar o dinheiro, com isso obtém melhores retornos em atividades não-agrícolas. Durante a pesquisa um agricultor fez o seguinte depoimento:

O primeiro crédito foi para bovinocultura, e o segundo para confecções, e teve mais retorno vendendo confecções na zona rural do que a vaca financiada. Então, vendi a vaca para investir nas confecções e consegui triplicar o dinheiro.

Contudo, o microcrédito do grupo “B” pode ser usado em outras atividades não-rurais, desde que sejam executadas na própria comunidade rural e seja um negócio para complementar a renda e não como renda principal, pois a renda principal deve ser da atividade agropecuária. Embora a minoria tenha investido em outros negócios como artesanato e confecções, apenas a confecção foi afirmado pelos agricultores que investiram em atividades não agrícolas como a mais viável. Portanto, investir em outras atividades que não sejam agrícolas traz benefícios à própria comunidade, devido ter acesso a bens e serviços, circulando os recursos financeiros entre os agricultores familiares.

A pesquisa revelou que os entrevistados conhecem o PRONAF “B” como o crédito do boi, dificultando o uso do mesmo na diversificação das atividades agropecuárias e não-agropecuárias. O uso do crédito para o maracujá já é considerado um grande avanço, pois abre caminhos para futuras atividades, como fruticultura, hortaliças, ovinocultura, avicultura, entre outras com potencial de crescimento.

O crédito agrícola é um instrumento importante para o desenvolvimento rural e justiça social, desde que sejam planejadas as metas, os objetivos, o público-alvo a ser beneficiado, além de buscar prever as principais limitações e obstáculos em sua implementação. Nesse contexto, pode-se afirmar que as atividades financiadas, pelo microcrédito rural (Pronaf Grupo B) no Município de Coronel Ezequiel-RN, não foram planejadas antes da implementação, levando os agricultores a investirem, na maioria, em bovinocultura, sem levar em consideração o objetivo do PRONAF que é a diversificação no campo.

Em relação as limitações, poucos agricultores familiares apontaram, porém sempre afirmando que é bom, mesmo com limitações.

A atividade da bovinocultura apresentou limitações, devido o agricultor ter que se desfazer para pagar ao banco sem obter lucros, voltando à realidade inicial sem os animais depois de vários meses de trabalho. Além disso, a atividade de bovinocultura precisaria de propriedades grandes, e como mostra a tabela 05, a maior limitação é o tamanho das propriedades que os beneficiários de PRONAF B trabalham, variando em sua maioria entre 1 a 2 hectares de terra. Sendo que a área mínima para a atividade de bovinocultura no município de Coronel Ezequiel-RN seria de pelo menos 10 (dez) hectares para um animal. Como consequencia os agricultores compram ração e forragem durante o período de estiagem, pois não tem suporte forrageiro suficiente para alimentar os animais, sendo obrigados a vendê-los.

Já a atividade de ovinocaprinocultura é considerada viável, embora poucos agricultores adquiriram o microcrédito rural para essa atividade, e os poucos que investiram venderam os animais. A limitação da ovinocaprinocultura é a falta de infraestrutura adequada para essa atividade, pois o microcrédito é insuficiente para adquirir arames, estacas e apriscos. Os agricultores justificaram a opção por vaca e boi devido a estrutura rústica que possuem, onde criam os animais utilizando cercado com apenas três fios de arame ou amarrado.

A principal limitação da atividade do maracujá é que as mudas e estacas aumentaram de preço e o crédito permaneceu estável. Outro fator de limitação é a falta de investimentos em recursos hídricos para irrigar a cultura do maracujazeiro na estiagem, pois permitiria mais produtividade por área.

Então, os agricultores familiares enfatizaram algumas limitações que impedem o avanço de suas atividades e sua ascensão para o Grupo V (variável), que exige uma renda acima de R\$ 6.000,00 por ano para ter direito a investimentos maiores. As limitações citadas pelos agricultores pronafianos B, foram:

1 – as unidades produtivas não possuem a mínima estrutura para desenvolver as atividades agropecuárias e as terras que trabalham está entre 1 a 2 hectares, o que impede a expansão das atividades, principalmente a pecuária, como a bovinocultura e a ovinocaprinopecuária;

2 – a maioria não possui terra própria, exercendo suas atividades em regime de parceria, comodato ou arrendamento, dificultando os investimentos em infraestrutura destinados às atividades agropecuárias, com isso impede os financiamentos em infraestrutura básicas como: cercas, estábulos, apriscos, pocilgas, quites de irrigação, poços tubulares, barreiros, suporte forrageiro, entre outros;

3 – os agricultores confirmaram, também, que o prazo de carência deveria ser maior para que a atividade financiada tenha tempo suficiente de gerar receitas e quitar em primeiro lugar a dívida no banco, sem desfazer-se dos animais adquiridos;

4 – ainda, segundo os agricultores, o microcrédito deveria ser um pouco maior, pelo menos um valor entre R\$ 3.000,00 e R\$ 4.000,00, seria ideal para financiar as atividades que exploram. E teria como consequência principal a amenização dos agricultores por insumos básicos como: arame, estacas, medicamentos veterinários, entre outros;

A assistência técnica é de suma importância para o sucesso dos agricultores familiares que adquirem o microcrédito. Percebe-se a falta de assistência técnica, pois o Município de Coronel Ezequiel-RN tem uma área geográfica, segundo o IBGE, de 202,9 km², o que equivale a 0,387 % da superfície do Estado do Rio Grande do Norte, com apenas um Extensionista Rural da EMATER-RN para toda essa área. Sendo humanamente impossível atender a todos os agricultores familiares, tanto do PRONAF B como de outras categorias existente no município. Portanto, devido à falta de assessoramento contínuo na implementação do microcrédito, os agricultores investiram em atividades que não geram renda, levando o agricultor a se desfazer de todos os bens financiados para quitar a dívida junto ao Banco do Nordeste, tornando-se agricultores descapitalizados.

CAPÍTULO 6 – CONCLUSÕES

As informações da pesquisada realizada entre os meses de agosto a novembro de 2009 contribuíram para avaliar a utilização do microcrédito rural (Pronaf Grupo B) pelos agricultores familiares do Município de Coronel Ezequiel-RN e os respectivos impactos em suas rendas. Além disso, a pesquisa possibilitou, também, a identificação das atividades financiadas e a relação com a renda e a qualidade de vida.

O PRONAF B como política pública democratizante, não surtiu efeitos significantes na rendas dos agricultores familiares. Por outro lado, os recursos financeiros destinados ao microcrédito foram importantes para a economia local, principalmente na compra e venda de animais, abastecendo o mercado doméstico do Município de Coronel Ezequiel-RN, mantendo os preços estáveis. Contudo, mesmo, sem impactos significantes, o PRONAF B dinamiza a economia local, proporcionando bens e serviços imprescindíveis ao desenvolvimento rural.

Portanto, os agricultores familiares pesquisados não obtiveram resultados satisfatórios, em virtude da aquisição de animais com baixo padrão genético. Além disso, adquiriram e venderam os animais aos atravessadores, sem movimentar os recursos entre os agricultores familiares dos diversos grupos: A, B e Variável.

Investimentos públicos na agricultura familiar são sinônimos de retorno garantido para a sociedade brasileira, devido abastecer o mercado interno em todas as regiões do país. Apesar de ocupar apenas um quarto da área agrícola do país, a agricultura familiar é responsável por garantir a segurança alimentar dos brasileiros, gerando a maioria dos produtos da cesta básica em todas as regiões. O Censo Agropecuário 2009 do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) confirmou que a agricultura familiar é o setor que emprega 75% da mão-de-obra no campo, sendo responsável pela segurança alimentar dos brasileiros, produzindo a maioria dos alimentos, como feijão, mandioca, suínos e aves.

Os grandes responsáveis por este desempenho identificado pelo IBGE são os beneficiários do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) desde “Grupo A”, onde estão os assentados da reforma agrária; “Grupo B”, onde estão os agricultores com baixa renda; e Grupo Variável, onde estão os agricultores mais capitalizados.

O PRONAF B, alvo da pesquisa de campo do estágio supervisionado, foi idealizado como um novo modelo de desenvolvimento rural focado no atendimento da agricultura familiar, destinado ao segmento das famílias rurais mais pobres do Brasil. Portanto, o propósito do Microcrédito Rural (Pronaf Grupo B) foi criado para garantir a inserção de um maior número de beneficiários, justamente os mais pobres, que apresentam precariedade no controle sobre os meios de produção, fragilidade de organização e extrema pobreza, que impediam o acesso ao crédito, principalmente na Região Nordeste.

Os agricultores enquadrados no PRONAF B se caracterizam por sua pequena renda auferida com a atividade rural agrícola ou não agrícola, em sua maioria também beneficiados por programas sociais do governo a exemplo do Bolsa Família. Portanto, fazem parte do grupo considerado da pobreza rural. Segundo o MDA, as famílias do Pronaf Grupo B precisam ser trabalhadas de maneira diferenciada para que os pequenos investimentos a que têm direito de acessar, possam responder positivamente como renda adicional líquida.

Como diz Anjos (2004) o crédito agrícola é um investimento vigoroso de desenvolvimento e justiça social, sempre e quando cuidadosamente planejadas as metas, o público-alvo a ser priorizado, os limites e obstáculos em sua implementação.

Por não seguir o que Anjos citou no parágrafo anterior, o microcrédito PRONAF Grupo B no Município de Coronel Ezequiel-RN, entre os anos de 2004 a 2007, não surtiu efeitos positivos para as famílias beneficiadas.

A pesquisa mostrou que a maioria aplicou o crédito corretamente, porém a atividade financiada, pela maioria dos pesquisados, no caso específico a bovinocultura, não

incrementou melhorias nas rendas e na qualidade de vida dos agricultores familiares do Município de Coronel Ezequiel-RN.

Os desvios do microcrédito PRONAF B no Município de Coronel Ezequiel-RN, pode ser considerado baixo, sendo destinado em sua maioria, para o sustento das famílias em momentos de dificuldades, como afirmou os agricultores pesquisados. Portanto, a maioria desviou o microcrédito nos períodos de estiagem prolongada, pois o Município de Coronel Ezequiel-RN só foi aderir ao Programa Garantia Safra no final de 2008.

A minoria dos beneficiários do microcrédito investiu em atividades que de fato gerem renda e contribua para melhorar a qualidade de vida. Como mostra a pesquisa, a atividade de fruticultura, especificamente a cultura do maracujazeiro, apresentou bons retornos financeiros, contribuindo de fato para o incremento na renda dos agricultores em sua maioria absoluta.

Portanto, a fruticultura tende a ser o setor agrícola mais viável nos próximos anos, devido o Governo do Estado do Rio Grande do Norte, através da EMATER-RN, em parceria com os Ministérios do Desenvolvimento Agrário (MDA) e da Ciência e Tecnologia (MCT) concluiu a construção de uma Agroindústria de Beneficiamento de Polpas de Frutas na comunidade do Sítio Gurjaú. E será usada para beneficiar a produção de frutas dos agricultores familiares do Município de Coronel Ezequiel-RN.

Em agosto de 2009 o Banco do Nordeste confirmou que a inadimplência dos agricultores beneficiados pelo PRONAF B (FNE) foi de 11,45%, mesmo com uma vasta campanha de renegociação das dívidas.

Os agricultores que estão adimplentes junto ao banco afirmaram que se desfizeram de todos os animais adquiridos com o microcrédito para quitar a dívida junto ao Banco do Nordeste. Portanto, pagar o empréstimo foi relatado, pela maioria, como prioridade, mesmo sem melhorar a renda, voltando ao que era antes: sem nada.

A pesquisa mostrou um dado importante, que maioria esmagadora dos beneficiários do microcrédito sobrevive do programa bolsa família, o que confirma a afirmação do parágrafo anterior: sem nada.

Todavia, o microcrédito PRONAF “B” não está provocando efeitos determinantes na melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares do grupo “B”. Devido à ausência de impactos positivos, acredita-se que os atores sociais que atuam no meio rural do município de Coronel Ezequiel-RN, adotem meios para melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares e sua realidade socioeconômica, implementando ações conjuntas para:

- a) minimizar as carências socioeconômicas dos agricultores pronafianos “B”, que estão inseridos na linha de pobreza;
- b) incentivar a gestão solidária, com ênfase no fortalecimento do associativismo e o no cooperativismo;
- c) buscar meios para inseri-los no mercado consumidor, diminuindo a dependência dos agricultores familiares com os atravessadores ao longo da cadeia produtiva;
- e) possibilitar meios para que os agricultores tenham orgulho de ser “agricultor familiar”;
- f) capacitá-los, incluindo seus filhos, em outras alternativas produtivas, tais como: pequenas criações, reflorestamento, turismo rural, agroindústria, fruticulturas, entre outras, e;
- g) oportunizar aos agricultores familiares para desenvolver empreendimentos mais sustentáveis, com isso assegurar a melhoria da família com sustentabilidade ambiental.

Para resolver o problema da comercialização, desde a aquisição de animais, insumos até a venda dos produtos ao consumidor, os agricultores familiares do Município de Coronel Ezequiel-RN precisam, urgentemente, organizar-se em cooperativas para gerir seus empreendimentos. Através de cooperativas os agricultores poderão comercializar a produção, diminuindo sua dependência perante os atravessadores.

Portanto, a assistência técnica e a capacitação em administração, com foco em cooperativismo, orientação e/ou treinamento em educação financeira, podem contribuir para o sucesso dos agricultores familiares que adquiriram o microcrédito rural. Desde que seja bem conduzida e com um quadro de técnicos suficientes, incentivando os agricultores a investirem em atividades que gerem renda, possibilitará uma melhor qualidade de vida das famílias beneficiárias do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANJOS, Flávio S. dos; CALDAS, Nádia V; GODOY, Wilson I; GRISA, Cátia (2004). *Estudo sobre o pronaf no estado do Rio Grande do Sul*. Revista Brasileira de Agrociência, v.10, n. 4, p. 503-509, out-dez, 2004.

BRASÍLIA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Extrato de DAPs (Declaração de Aptidão ao Pronaf)**. Distrito Federal, 2009. Disponível em: <<http://smap.mda.gov.br/credito/dap/DAP.asp>>. Acesso em: 01 dez. 2009, 14:11.

BRASÍLIA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF**. Distrito Federal, 2009. Disponível em: <<http://comunidades.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf/2259015>>. Acesso em: 01 dez. 2009, 14:31.

BRASÍLIA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Como é feito a gestão e monitoramento do Microcrédito Rural?** Distrito Federal, 2009. Disponível em: <<http://comunidades.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf/2259636>>. Acesso em: 01 dez. 2009, 14:38.

BRASÍLIA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Microcrédito Rural (Pronaf Grupo B)**. Distrito Federal, 2009. Disponível em: <<http://comunidades.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf/2258903>>. Acesso em: 01 dez. 2009, 15:43.

BRASÍLIA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF**. Distrito Federal, 2009. Disponível em: <<http://comunidades.mda.gov.br/portal/saf/programas//pronaf>>. Acesso em: 01 dez. 2009, 14:35.

BRASÍLIA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Evolução Histórica do Pronaf**. Distrito Federal, 2009. Disponível em: <<http://comunidades.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf/2259286>>. Acesso em: 01 dez. 2009, 15:20.

DELGADO, Nelson Giordano (2009). *Papel e lugar do rural no desenvolvimento nacional*. IICA – MDA..

EMATER-RN – Instituto de Assistência Técnica e Extensão rural do Rio Grande do Norte, vinculado a Secretaria de Agricultura e da Pesca – SAPE (2005). *Perfil Municipal – Informações Básicas*. Município de Coronel Ezequiel-RN.

FERRAZ, Osni Giani; PASE, Hemerson Luiz; BRANDÃO, Sheila; BALCEWICZ, Luiz Carlos (2008). *Microcrédito rural: análise sobre a modalidade do PRONAF B*. XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Rio Branco – AC.

FIALHO, Marco Antônio VERARDI; WAQUIL, Paulo Dabdab (2008). *Desenvolvimento rural: concepções e referências para a proposição de políticas públicas de desenvolvimento*

nos territórios rurais. Revista Extensão Rural, DEAER/CPGExR – CCR – UFSM, Ano XV, Jan – Jun de 2008.

IBGE. **Censo Agropecuário**, 2009.

MARQUES, Nivaldo Estrêla; NORONHA, Hermano F. Noronha (1998). *Agricultura familiar: entender e transformar*. EPAGRI (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A.). Florianópolis-SC.

MDA / SAF / DATER (2007). *Manual orientador: metodologia de abordagem dos serviços de ATER para os agricultores beneficiários do Grupo “B”*. Brasília DF.

PEDRON, Flávia de Araújo; KLEIN, Ângela Luciane (2004). *Políticas públicas para a atividade de turismo rural: estudo da utilização dos recursos do PRONAF*. Revista Extensão Rural, DEAER/CPGExR – CCR – UFSM, Ano XI.

SILVA, Aldenor Gomes da (2007). *PRONAF B: uma política inconclusa*. XIII Congresso Brasileiro de Sociologia – UFPE. Recife-PE.

ANEXOS

ANEXO A – Roteiro da pesquisa sobre o Microcrédito (Pronaf Grupo B) no Município de Coronel Ezequiel-RN, 2009.

PESQUISA SOBRE O MICROCRÉDITO (PRONAF GRUPO B)

PERÍODO: Agosto a Novembro de 2009

1 - DADOS PESSOAIS E DA PROPRIEDADE:

1.1 - Nome do Produtor (a) Titular: _____

CPF.: _____ RG: _____

1.2 - Propriedade: () Própria () Arrendatário () Meeiro () Outro: Citar _____

1.3 - Área da propriedade: _____ ha.

2 - DADOS SOCIAIS

2.2 - Descrição econômica da família (rendas):

2.2.1 - Exploração agrícola: _____

2.2.2 - Exploração pecuária: _____

2.2.3 - Exploração extrativista: _____

2.2.4 - Atividades não agrícolas dentro da propriedade: _____

2.2.5 - Atividade não agrícola fora da propriedade: _____

2.2.6 - Beneficiado pelo Programa Bolsa Família: não () sim () Valor: R\$ _____

2.2.7 - Microcrédito adquirido:

1º - Valor R\$: _____ Data da operação: _____ Data do Vencimento: _____

2º - Valor R\$: _____ Data da operação: _____ Data do Vencimento: _____

3º - Valor R\$: _____ Data da operação: _____ Data do Vencimento: _____

4º - Valor R\$: _____ Data da operação: _____ Data do Vencimento: _____

5º - Valor R\$: _____ Data da operação: _____ Data do Vencimento: _____

2.2.8 - Finalidades do microcrédito (Pronaf Grupo B):

2.2.9 - Recurso empregado conforme o programado com a assistência técnica: Sim () Não()

Resposta não - Descrever os motivos:

2.2.10 – Impactos do microcrédito (Pronaf Grupo B):

a) Aumento da renda:

Antes R\$: _____ Depois R\$: _____

b) Melhorias das condições de vida (exemplificar):

c) Equipamentos e implementos agrícolas adquiridos com o lucro de financiamento:

d) Outras conquistas decorrentes do microcrédito (Pronaf Grupo B):

3-DADOS AGROPECUÁRIOS

3.1 - Atividades Agrícolas Exploradas no estabelecimento:

3.1.1 - Agricultura /Culturas Anuais: Feijão () Milho () Arroz () Jerimum () Batata () Macaxeira () Mandioca

Outras: _____

Produção anual por espécie:

3.1.2 - Fruticultura: Caju () Maracujá () Manga () Pinha () Graviola () Jaca () Acerola () Goiaba () Abacate

Outras: _____

Produção anual por espécie:

3.2 – Atividades de Pecuária Explorada:

3.2.1-Rebanho Existente:

BOVINO: _____ () corte () leite () cria () recria () engorda () mista

Raças predominantes:

CAPRINO: _____ () corte () leite () cria () recria () engorda () mista

Raças predominantes:

OVINO: _____ () corte () leite () cria () recria () engorda () mista

Raças predominantes:

SUINO: _____ () corte () leite () cria () recria () engorda () mista

Raças predominantes: _____

3.2.2 - Produção de Leite:

Nº de vacas em lactação (cabeça): _____

Produção média: _____ l/cab/dia

Período de lactação dia/ano _____

3.2.3 - Outras criações

() Pesca () Avicultura () Apicultura () Outra: Citar

4- LIMITAÇÕES DO MICROCRÉDITO RURAL (PRONAF GRUPO B)

